

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Alterações significativas	9

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	46
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	48
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	52
10.5 - Políticas contábeis críticas	54
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	62
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	63
10.8 - Plano de Negócios	64
10.9 - Outros fatores com influência relevante	65

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Além dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, estamos expostos a riscos de mercado decorrentes das nossas atividades envolvendo principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros, flutuações na taxa de câmbio e risco de crédito. Além disso, os principais fatores macroeconômicos que podem influenciar os nossos negócios são descritos abaixo.

Risco de Taxa de Juros.

Nossa dívida consolidada está sujeita a variações na taxa de juros que podem elevar o nosso custo de financiamento. Em 31 de dezembro de 2012, o valor consolidado de nossa dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo) era de R\$ 4.280.828. Desse montante, 34,6% estão indexados à TJLP, 59,8% à taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") e 5,6% a taxas pré-fixadas. Dessa forma, a elevação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), ou do CDI pode elevar os encargos financeiros de nossa dívida.

Risco de Taxas de Câmbio.

Em 31 de dezembro de 2012, 88,8% de nossa dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures (de curto e longo prazo), ou R\$ 3.802.520, estavam denominados em reais e 11,2%, ou R\$ 478.308, estavam denominados em moeda estrangeira. Dessa forma, a depreciação do Real pode elevar o custo de parte das nossas dívidas.

Risco de crédito.

Nosso risco de crédito configura-se, principalmente pelas atividades desenvolvidas pelas nossas controladas Bandeirante Energia S.A. ("EDP Bandeirante") e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa ("EDP Escelsa"), decorrente do faturamento a receber de consumidores. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado. O acompanhamento dos processos judiciais é efetuado e gerenciado pela CCEE. O risco envolvido é de R\$ 131.361, referente ao saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em 31 de dezembro de 2012. Nosso risco de crédito não impacta em nossas demonstrações financeiras, mas pode afetar negativamente nosso caixa, constituindo-se, portanto, no risco de não receber os valores acima mencionados. Nossa provisão pode não ser suficiente para refletir nossas perdas decorrentes do risco de crédito acima mencionado.

Risco de emissão de novos pronunciamentos e interpretações, assim como alteração e ou/atualização dos pronunciamentos já existentes pelo IASB (*International Accounting Standard Board*) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

A entrada em vigor de novos pronunciamentos contábeis e interpretações, assim como de alteração e ou/atualização dos pronunciamentos já existentes, pelo IASB (*International Accounting Standard Board*) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), podem produzir impactos relevantes nas nossas demonstrações financeiras da Companhia, com possível efeito em nosso resultado contábil, incluindo possíveis impactos nas bases de distribuição de dividendos e podem ainda afetar adversamente o cumprimento de índices financeiros relativos a contratos de financiamento. Porém, tais impactos só são passíveis de mensuração no momento de adoção dos mesmos.

Além dos riscos de mercado dispostos acima, a Companhia está sujeita aos seguintes riscos macroeconômicos:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, pode afetar adversamente as nossas atividades.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativa, intervenções do Governo Federal, que regularmente modifica as políticas monetárias, de crédito, fiscal e outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e os serviços importados. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. Nossos negócios, nossa condição financeira e os resultados das nossas operações podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública em nível federal, estadual e municipal, referentes a tarifas públicas e controles de câmbio, bem como de outros fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior;
- variações nas taxas de câmbio;
- inflação;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercado de empréstimos;
- política fiscal e regime tributário, incluindo alterações na legislação tributária e trabalhista; e
- medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o Brasil.

Como exemplo podemos citar a isenção de IOF para operações ligadas ao financiamento dos setores de infraestrutura a partir de 02 de abril de 2013. Um outro exemplo recente de modificação legal em cunho contrário foi o aumento de IOF/Câmbio sobre os contratos de crédito no exterior com prazo de pagamento inferior a 720 dias. Tais contratos passaram a pagar 6,00%, desde 07 de abril de 2011. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as nossas atividades e nossos resultados operacionais.

Esforços do governo para combater a inflação podem retardar o crescimento da economia brasileira e prejudicar os nossos negócios.

No passado, o Brasil sofreu taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre 2004 e março de 2011, a taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") variou entre 19,77% e 8,64% ao ano. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre os nossos negócios. As rigorosas políticas monetárias com altas taxas de juros podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação na nossa estrutura de custos. Qualquer destes fatores poderia afetar negativamente os nossos negócios.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como a nós.

Durante as últimas décadas, a moeda brasileira teve frequentes e substanciais variações em relação ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. Conforme dados e informações extraídos do Bloomberg, entre 2000 e 2002, o Real desvalorizou-se consideravelmente em comparação ao Dólar, chegando a uma taxa de R\$3,53 por US\$1,00 no final de 2002. Entre 2003 e meados de 2008, o Real valorizou-se significativamente em relação ao Dólar, impulsionado pela estabilização do ambiente macroeconômico e por um forte aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil, com a taxa de câmbio atingindo R\$1,56 por US\$1,00 em agosto de 2008. No contexto da crise que atinge os mercados financeiros globais desde meados de 2008, o Real

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

desvalorizou-se 31,9% em relação ao Dólar ao longo de 2008, alcançando a taxa de R\$2,337 por US\$1,00 no final de 2008. Em 2009, por outro lado, o Dólar valorizou-se em 34,2%, fechando o ano a R\$ 1,741 por US\$1,00. Em 2010, a moeda brasileira apresentou comportamento estável, encerrando o ano a R\$ 1,666 por US\$ 1,00, com pequena valorização de 4,5%. Em 2011, o Real voltou a desvalorizar-se 11,2% em relação ao Dólar, encerrando o ano a R\$ 1,876 por US\$ 1,00. Em 2012 o câmbio iniciou sua cotação a R\$1,87 por US\$ 1,00, em 28 de fevereiro obteve a cotação mínima do ano em R\$1,70, em 03 de dezembro teve sua máxima em R\$2,11, finalizando o ano de 2012 em R\$2,04 por US\$ 1,00¹.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar poderia criar pressões inflacionárias no Brasil e causar o aumento das taxas de juros, o que, por sua vez, poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira de modo geral e prejudicar tanto a nossa situação financeira como os nossos resultados operacionais, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Além disso, a desvalorização do Real em relação ao Dólar poderia, como no contexto da atual desaceleração da atividade econômica, levar à redução do consumo, a pressões deflacionárias e a um menor crescimento da economia de modo geral. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras poderia resultar na piora da balança comercial brasileira, bem como refrear o crescimento baseado nas exportações. Conforme indicado acima neste item, mantemos operações com base na variação cambial.

Dependendo das circunstâncias, a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar poderia ter um efeito adverso relevante e negativo no crescimento da economia e indiretamente afetar negativamente os nossos negócios.

1 – Fonte: Banco central do Brasil

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os principais riscos aos quais os nossos negócios e operações estão sujeitos são periodicamente mapeados, identificados e têm seu respectivo impacto mensurado com o apoio de metodologias e ferramentas desenvolvidas para cada tipo de risco. A partir desse diagnóstico, implementamos ações específicas para a sua mitigação ou eliminação, via mecanismos de defesa ou planos de contingência.

Adotamos um modelo descentralizado de gestão, em que a área de Desenvolvimento Organizacional e Risco Corporativo faz a supervisão dos riscos corporativos, estando diretamente ligada a nossa presidência, enquanto os riscos das atividades rotineiras são monitorados pelos respectivos gestores.

A área de Estratégia Regulatória informa quinzenalmente nas Reuniões de Diretoria das empresas do Grupo EDP no Brasil, o Relatório de Acompanhamento de Riscos Regulatórios.

Em 2010, todos os riscos corporativos foram revisitados e atualizados trazendo uma visão consolidada e comparativa de cada risco (mapa de risco). Em 2012, foi dada continuidade às atividades de análise mais detalhada dos riscos mapeados iniciadas em 2011. Nesta análise, cada fator de risco foi documentado em uma ficha específica na qual são avaliados o impacto e a vulnerabilidade do risco. Nesta ficha, também são identificadas as formas de tratamento deste fator sejam por controles já existentes ou por planos de ação acordados com os respectivas responsáveis pelas áreas de abrangência dos riscos ('risk owners') para mitigar a vulnerabilidade ao risco. Durante esta nova etapa de detalhamento também foi verificado o estado de implementação dos planos de ação definidos em 2011.

a) Riscos para os quais se busca proteção.

Gerenciamento de riscos do setor elétrico

Energético – O cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões do País é avaliado pelas nossas Diretoria de Planejamento Energético e Gerência de Riscos Energéticos, que consideram um horizonte de cinco anos, além de analisar as variáveis macro e microeconômicas e as especificidades de cada mercado de atuação. Quando os riscos ultrapassam os limites definidos pela nossa política, preparamos um relatório de impactos e ações mitigadoras para avaliação de nossa diretoria. Esse processo é realizado com o apoio de softwares e modelos estatísticos desenvolvidos internamente. O modelo inclui a identificação, a parametrização, a avaliação e o controle do risco, com o objetivo de antecipar potenciais impactos sobre as áreas de distribuição, geração e comercialização, de forma a prepará-las para assegurar o fornecimento de energia, ampliar a receita e minimizar eventuais prejuízos.

Regulatório – Com atividades de distribuição e geração reguladas e fiscalizadas pela ANEEL, os principais riscos regulatórios são representados pelas revisões tarifárias e investimentos determinados pelo órgão regulador. Mantemos uma Diretoria de Estratégia Regulatória, que centraliza o relacionamento com a ANEEL e acompanha o cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos de concessão e legislação pertinente.

Hidrológicos – Formados basicamente por hidrelétricas, os ativos de geração tem sua operação influenciada por condições de clima e regime de chuvas. Além disso, a receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume, determinado pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que minimiza e compartilha entre os geradores participantes o risco da venda de energia a longo prazo, associado à otimização eletro-energética do Sistema Interligado Nacional – SIN, no que concerne ao despacho centralizado das unidades de geração de energia elétrica.

Gerenciamento de Riscos da Companhia

Operacionais – Implementamos um Comitê de Segurança que reúne-se periodicamente e tem o objetivo de gerir de forma integrada os assuntos relacionados à nossa segurança global. Deste

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Comitê participam diversas áreas da organização como Tecnologia da Informação, Infra-Estrutura, Jurídico, Gestão de Capital Humano, Auditoria e Risco Corporativo, Comunicação além das áreas de negócio Geração, Distribuição e Comercialização de Energia. Suas responsabilidades incluem, dentre outras, transmitir a visão estratégica de segurança, avaliar a abrangência dos requisitos de segurança, garantir a conscientização das pessoas e analisar incidentes, dentre outras. Nas distribuidoras, os Centros de Operação de Sistema (COS) podem ser operados remotamente a partir de qualquer unidade, de forma a minimizar riscos operacionais. Tanto a EDP Bandeirante, quanto a EDP Escelsa têm implementado um Plano de Atendimento às Emergências (PAE) com medidas de prevenção e combate a incêndio, mitigação de impactos à segurança de pessoas e à integridade de máquinas e equipamentos, assim como prevenção ambiental. No âmbito do PSB (**Plano de Segurança de Barragem**), no qual está inserido o PAE, a Energest S.A., a Pantanal Energética, a Costa Rica Energética, a Sta. Fé Energética, a Enerpeixe S.A., bem como a Investco S.A., se encontram atendidas, com um cronograma de adequação do PSB atualmente existente e já implantado, atendendo assim a nova lei em vigor. Essas atividades se iniciaram em 2012 e tem seu término previsto para 2015. Para tal estamos seguindo um cronograma encaminhado ao órgão regulador no ano de 2012.

Financeiros – As decisões sobre ativos e passivos financeiros são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado, liquidez e crédito. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações do Grupo EDP no Brasil, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. Nossa política de gestão de riscos financeiros nos proíbe de negociar contratos de derivativos além de valores relacionados a hedge de dívida em moeda estrangeira, para travar o risco de variações cambiais. Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos em moeda externa referiam-se basicamente a duas operações (financiamento para as obras da termelétrica de Pecém de 2009 e empréstimo do BEI contraído pela EDP Bandeirante e EDP Escelsa em 2012) e representavam 11,2% do nosso endividamento consolidado, sendo 100,0% protegido por contrato de swap. Essa política também prevê prazos para vencimento e liquidação de compromissos, evitando, assim, a concentração de compromissos em um mesmo período. Semanalmente, é apresentado à Diretoria um relatório sobre posição de caixa e aplicações financeiras, discriminando as operações de acordo com a política de riscos e as contrapartes. No gerenciamento desses riscos, utilizamos ferramentas como o Risk Control, para cadastro e monitoramento de todas as posições, e VaR (*Value at Risk*) para quantificar a exposição ao risco.

Mercado – Esse risco engloba inadimplência dos clientes, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), perdas não técnicas e variação nos preços de energia. Sua mitigação inclui ações de combate a perdas, regularização de ligações clandestinas e a atuação das distribuidoras em regiões com atividades econômicas e características próprias.

Ambientais – Abrangem o risco de não cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental e de exposição a desastres naturais. Todos os empreendimentos e atividades de geração e distribuição são executados de acordo com a Política de Sustentabilidade do conglomerado EDP e a Política Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, que dispõem sobre o compromisso de preservação do meio ambiente.

b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge).

Uma vez identificados os riscos a serem mitigados, buscamos junto ao mercado o instrumento que melhor atenderá à demanda, e assim efetua-se a contratação do *hedge*.

Dado que nossas receitas são todas em Real, possuímos uma política de gestão de riscos financeiros para contratação de derivativos com propósito de hedge para minimizar qualquer exposição à oscilação de taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2012 a totalidade da nossa dívida em moeda estrangeira estava *hedgeada*.

Devido nossa exposição a dívida indexada além do Real ser majoritariamente *hedgeada*, o impacto direto em nossos negócios advindos de oscilações na paridade do Real com outra moeda é imaterial.

Quanto à decisão do instrumento, consideramos (i) a nossa situação de liquidez; (ii) nossa condição de crédito junto ao mercado financeiro; e (iii) o cenário de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A cotação do *hedge*, independentemente do instrumento ocorre levando-se sempre em conta os seguintes aspectos (i) análise de crédito da contraparte; (ii) *covenants* existentes nos contratos financeiros celebrados por nós e por nossas controladas; e (iii) *spread* da instituição financeira

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*).

Utilizamos os seguintes instrumentos: *Swaps*, Dólar Futuro, *NDFs* (*Non Deliverable Fowards*), *Calls*, *Puts*, *Collars* e apólices de seguros.

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento destes riscos.

- Estabelecimento da moeda funcional da Companhia (Real – BRL);
- Estabelecimento do horizonte de tempo a ser monitorado. Este é um ponto de extrema importância, pois há uma relação de risco versus disponibilidade de instrumentos de proteção. Caso haja dívidas de longo prazo (superior a dois anos) pode haver dificuldades na estruturação de operações de *hedge* com custos aceitáveis. Por outro lado, a limitação do prazo de avaliação pode representar a assunção de riscos significativos para os fluxos de caixa mais longos. Atualmente, nossas análises consideram o horizonte completo do endividamento;
- Estabelecimento de procedimentos para marcação a mercado;
- Estabelecimento de procedimentos e parâmetros para cálculo de risco (VaR, TH=10 dias úteis, IC=95%);
- Estabelecimento de limites de VaR. Atualmente, nossas análises consideram um limite máximo de 8,5%, com alerta em 5,0%);
- Estabelecimento de cenários de estresse - Atualmente, nossas análises consideram os cenários de estresse da BM&FBOVESPA, atualizados mensalmente;
- Estabelecimento da periodicidade de avaliação de risco (semanal); e
- Avaliação anual de ativos para cobertura de seguros.

e) Instrumentos financeiros operados pela Companhia com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são os objetivos.

Em 31 de dezembro de 2012, possuíamos R\$ 2.427.454 em empréstimos e financiamentos de longo prazo e R\$ 365.206 em empréstimos e financiamentos de curto prazo. No mesmo período, o saldo da conta de debêntures era de R\$ 435.535 no curto e R\$ 1.052.633 no longo prazo.

A EDP Bandeirante, EDP Escelsa e a Porto do Pécem Geração de Energia S.A., empresas do nosso conglomerado, realizaram operações de *hedge* e *swap* de forma a mitigar o risco de variação de câmbio, sendo que o saldo da dívida consolidado com proteção cambial e juros internacionais totaliza R\$478.308 ou 100,0% da dívida da Companhia em moeda estrangeira está vinculada a contratos de *hedge* cambial e *swap*. A controlada Porto do Pécem Geração de Energia S.A. contratou US\$327 milhões junto ao Banco Inter-americano de Desenvolvimento, dos quais já desembolsou o valor de US\$320 milhões. Caso houvesse qualquer alteração nas taxas de câmbio, o valor do passivo sofreria alteração porém, o fluxo de caixa está *hedged* contra variação cambial.

Não mantemos quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, na nossa situação financeira e mudanças na nossa situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, não registradas no balanço patrimonial.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

Possuímos e seguimos uma Política de Gestão de Riscos e nossa área de Desenvolvimento Organizacional e Risco Corporativo atua como um facilitador do processo de Gestão de Riscos, auxiliando na identificação e gerenciamento das origens de riscos de negócio, bem como assessorando no monitoramento contínuo da aderência dos objetivos de negócio às políticas, às leis e às regulamentações vigentes e ao grau de exposição aos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Deve prover, de forma integrada, o monitoramento da gestão de riscos desenvolvida nas áreas corporativas e unidades de negócio, garantindo aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agregando valor aos negócios através da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de nossos negócios.

A área de Desenvolvimento Organizacional e Risco Corporativo reporta-se diretamente a nossa Presidência.

Atualizada em 2012, também possuímos e seguimos a Política de Gestão de Riscos Financeiros, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada pela Diretoria Financeira, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando se deve manter o nível de flexibilidade financeira.

Para mais informações, ver o subitem 5.2. "a" acima.

g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Nosso sistema de controle interno abrange todos os processos que contribuem para assegurar razoavelmente:

- a confiabilidade e a integridade da informação produzida, utilizada e divulgada;
- o cumprimento da legislação e normas legais aplicáveis;
- o cumprimento das políticas, procedimentos e normas internas;
- a eficácia e a eficiência das operações;

Para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos, a nossa área de Auditoria Interna utiliza uma abordagem sistemática e disciplinada, sempre orientada para os riscos relevantes e materiais. Portanto, esta área tem como um dos seus objetivos apoiar a implementação do sistema de controle interno sobre os processos empresariais, realizando trabalhos para:

- promover e monitorar a implementação e a manutenção do sistema de controle interno, supervisionando a sua consistência e coerência interna e as atividades de controle realizadas nos diferentes níveis de responsabilidade da organização;
- assessorar e apoiar os responsáveis do controle interno, nos diferentes níveis da organização, relativamente às metodologias utilizadas;
- coordenar a realização de testes que suportem a avaliação do sistema de controle interno.
- acompanhar a implementação de ações de melhoria; e
- reportar a situação do sistema de controle interno e o resultado dos testes efetuados ao desenho e à eficácia dos controles.

Nossa área de Auditoria Interna está subordinada à presidente da companhia, sendo supervisionada pelo Comitê de Auditoria do Grupo, ao qual comunica periodicamente o exercício de suas atividades de auditoria interna. Não tem qualquer vínculo hierárquico ou funcional com as unidades auditadas, mantendo, por isso, um relacionamento de total independência organizacional. A estrutura e dimensão da área são adequadas, para alcançar os objetivos propostos e o conhecimento técnico bem como o nível de experiência dos auditores internos é suficiente para o correto e apropriado desempenho das suas funções.

Portanto, através dos trabalhos da área de Auditoria Interna, nossa diretoria monitora e avalia a adequação das nossas operações com as políticas adotadas. Ressaltamos também que, além dos trabalhos de auditoria interna realizados para o ano de 2012, os serviços de auditoria prestados pelo auditor independente para nós contemplaram o exame da estrutura e ambiente de controles internos, que culminaram na emissão de certificação com opinião favorável e sem reservas quanto à eficácia dos nossos controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada:

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como na nossa política de monitoramento de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 5 foram discutidas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os comentários expostos nos itens abaixo refletem a opinião dos diretores da **EDP – Energias do Brasil S.A. ("EDPBR")** em relação aos aspectos financeiros e situação patrimonial desta Companhia.

10.1. Comentários dos Diretores da EDPBR sobre:

A EDPBR, alinhada com o mercado brasileiro, adotou pela primeira vez as normas internacionais de contabilidade em suas Demonstrações Financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, retroagindo a 1 de janeiro de 2009, conforme definido pela CVM.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

Somos uma *holding* detentora de um portfólio diversificado e integrado de sociedades que atuam nas áreas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no mercado brasileiro. Ocupamos uma posição de destaque no mercado brasileiro de energia elétrica, sendo o quarto maior grupo privado no Brasil em termos de energia vendida em 2010, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"). Somos ainda, o terceiro grupo privado no Brasil, em termos de energia comercializada em 2010, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Nossa receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi 15,1% maior do que a nossa receita operacional líquida no exercício de 2011, passando de R\$5.705,4 milhões para R\$6.567,3 milhões. No período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2011, nossa receita operacional líquida no exercício social encerrado foi 5,7% maior do que a nossa receita operacional líquida no exercício de 2010, que foi de R\$5.397,9 milhões. Nossos ativos de distribuição, comercialização e geração responderam, respectivamente, por 60,5%, 21,0% e 18,4% da nossa receita líquida em 2012 desconsiderando eliminações. Em 2011, responderam da seguinte maneira: 66,1% da distribuição, 19,4% da geração e 14,4% da comercialização.

Nosso lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, ajustado das participações dos não controladores, foi de R\$ 341,6 milhões, enquanto que em 2011 foi de R\$490,7 milhões, comparado a um lucro líquido, sendo de R\$582,6 milhões no exercício de 2010.

Nossos diretores entendem que possuímos liquidez satisfatória, mesmo com nosso capital circulante líquido de R\$347,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2012, consequência da situação temporal que vivem as distribuidoras não só do grupo EDP como também as de todo o Brasil, em virtude dos custos adicionais com a compra de energia principalmente de origem térmica que possui custo maior do que as fontes usuais (hídricas). Nossos índices de liquidez corrente de 0,89 em 31 de dezembro de 2012 e 0,99 em 31 de dezembro de 2011 refletem esse movimento. O capital circulante líquido corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante e o índice de liquidez corrente ao índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, representando condições adequadas para cumprir as nossas obrigações operacionais de curto prazo.

Nossos Diretores acreditam que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para mantermos nosso plano de negócios, desenvolvermos nossas atividades e cumprirmos com nossas obrigações de curto e médio prazos.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Em 31 de dezembro de 2012, a nossa estrutura de capital era composta de 30,9% de capital próprio e 69,1% de capital de terceiros. No mesmo período, possuíamos uma dívida líquida de R\$3.708,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, nossa estrutura era de 33,8% de capital próprio e 66,2% de capital de terceiros. Em relação ao período de 2010, 35,7% era de capital próprio e 64,3% de capital de terceiros. Nossos diretores entendem que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, respeitando os níveis de retorno e risco alinhados ao crescimento sustentável da EDPBR.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Segue abaixo, quadro resumo com os principais indicadores que compõem nossa dívida líquida e estrutura de capital:

	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
Dívida bruta ¹⁾	3.385,9	3.613,6	4.280,8
Disponibilidades	1.126,4	895,9	572,4
Dívida líquida	2.259,5	2.717,7	3.708,5

⁽¹⁾ Corresponde às debêntures, empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	31/12/2010		31/12/2011		31/12/2012	
Capital próprio ²⁾	4.554,5	35,7%	4.605,0	33,8%	4.463,3	30,9%
Capital de terceiros ³⁾	8.213,2	64,3%	9.010,9	66,2%	9.966,5	69,1%
Total	12.767,7	100,0%	13.616,0	100,0%	14.429,8	100,0%

⁽²⁾ Corresponde ao Patrimônio Líquido não considerando a participação dos não controladores

⁽³⁾ Corresponde agregado de passivo circulante, passivo não circulante e participação de não controladores

Nosso capital social é de R\$3.182,7 milhões, representado por 476.415.612 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. Possuímos um capital autorizado de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações ordinárias. O nosso Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até esse limite, independentemente de reforma estatutária. A não ser pelo desmembramento de ações na razão de 1 para 3, onde passamos de uma quantidade de 158.805.204 para as atuais 476.415.612 ações ordinárias, nosso capital social da EDPBR não sofreu alteração nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

Nosso estatuto social não prevê hipóteses de resgate das ações de emissão da EDPBR ou uma fórmula de cálculo do valor de resgate, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações. Não houve nenhum resgate de ações e não existe qualquer intenção para realização de tal evento.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nossos Diretores acreditam que estamos em nível confortável de alavancagem. Nossa dívida bruta consolidada, que considera a "Dívida Total" do Grupo, vinha permanecendo estável durante os últimos exercícios com aumento em 2012, tendo totalizado R\$ 4.280,8 milhões, R\$ 3.613,6 milhões, R\$3.385,9 milhões e R\$3.193,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, 2009 respectivamente.

Nossa dívida líquida considera nossa dívida bruta, conforme definida no item 10.1(b), menos a rubrica de Disponibilidades, composta por "Caixa e Equivalentes de Caixa". Alcançou R\$3.708,50 milhões em 31 de dezembro de 2012, 36,5% acima de 31 de dezembro de 2011, quando foi de R\$2.717,7 milhões, esta redução no saldo de caixa é resultante da pressão de margem nas distribuidoras com aumento do custo da compra de energia e do impacto do congelamento das tarifas por conta da revisão tarifária da EDP Bandeirante, bem como do atraso da entrada em operação comercial da Usina Termelétrica Energia Pecém I. A posição consolidada de caixa/aplicações diminuiu de R\$895,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 para R\$572,4 milhões em 31 de dezembro de 2012. Assim, a relação dívida líquida/EBITDA, considerando EBITDA ajustado de R\$1.313,5 milhões, conforme definido nesta Proposta de Administração, encerrou o mês de dezembro de 2012 em 2,82 vezes, nos mantendo em nível confortável de alavancagem, mesmo sendo superior ao mesmo período de 2011, quando foi de 1,77 vezes, com base em um EBITDA ajustado para o ano de 2011 em R\$1.537,6 milhões, o que é considerado pelos nossos Diretores como sendo ainda um nível confortável de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2012, as controladas se encontram em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas ("covenants") previstas nos respectivos contratos.

Somos avaliados pelas agências de classificação de risco (ratings) Moody's e Standard & Poors. A agência Moody's divulgou sua mais recente revisão anual das classificações de risco em 2012,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

mantendo um rating "Ba1" (estável) para EDPBR e um rating "Baa3" (estável) para suas controladas, quais sejam, Bandeirante Energia S.A. ("EDP Bandeirante"), Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – Escelsa ("EDP Escelsa"), classificadas, portanto, no nível de *investment grade*.

A agência Standard & Poors divulgou a revisão anual das classificações de risco (ratings) das nossas distribuidoras em abril de 2012. O rating em escala local e global da EDP Escelsa foi mantido em "AA+" e "BB+", respectivamente, com perspectiva estável. Houve manutenção do rating da EDP Bandeirante na escala nacional em "AA+", com alteração da perspectiva de "positiva" para "estável".

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para financiar nosso capital de giro e nossos investimentos em ativos não-circulantes ("CAPEX"), a EDPBR e suas controladas se utilizam do caixa gerado por suas atividades bem como de empréstimos e financiamentos contraídos junto a instituições financeiras.

Dentre os contratos de financiamento, destacam-se o contrato de abertura de limite de crédito ("CALC") celebrado com o Banco Nacional do Desenvolvimento ("BNDES") em 2009, no montante de R\$900 milhões. Serão utilizados os recursos desse CALC primordialmente para financiamento dos investimentos de nossas distribuidoras (EDP Bandeirante e EDP Escelsa), bem como para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") e para repotenciação de usinas existentes.

Fomos a primeira empresa do setor elétrico a obter esta modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 5 (cinco) anos, com prazo total de financiamento de cada aditivo de até 10 (dez) anos. As taxas de juros são compostas da mesma forma que outras operações diretas junto ao BNDES: custo financeiro (TJLP no caso dos investimentos em distribuição) adicionadas as taxas de remuneração do BNDES e a de risco de crédito estabelecida, de acordo com o rating do Grupo junto ao BNDES.

Para o investimento na construção da UHE Santo Antônio do Jari ("UHE JARI"), operação descrita com mais detalhes no quadro 6.5 deste Formulário de Referência, a ECE possui um limite de crédito de R\$360 milhões junto ao Banco do Brasil, onde possui R\$305 milhões em saldo remanescente da Cédula de Crédito Bancário. Essa linha serve como empréstimo "ponte" para Implementação da Usina.

Em dezembro de 2012, foi assinado o contrato de financiamento de longo prazo para a UHE JARI com o BNDES. O financiamento totaliza R\$ 736,8 milhões, com prazo de 18,5 anos sendo 16 anos para amortização e carência para início de pagamento até 15 de junho de 2015, com taxa de juros de TJLP + 1,86% a.a. No final de dezembro de 2012, foi efetuado o primeiro desembolso no total de R\$ 300,0 milhões, que foi utilizado para a liquidação do empréstimo-ponte contratado junto ao Banco do Brasil.

Para a aquisição da ECE, a CEJA, atual denominação de Ipueiras Energia S.A., contratou linha de crédito em 11 de outubro de 2011 no valor de R\$300 milhões, com vencimento para 45 (quarenta e cinco) dias, a taxas de 110,5% e 113,0% do CDI. O financiamento foi liquidado em 21 de novembro de 2011.

Em 24 de outubro de 2011, a CEJA realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos. Foi emitido o total de 300 (trezentas) debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, com subscrição integral no valor total de R\$ 300 milhões com vigência até 11 de outubro de 2013, pagamento de juros remuneratórios na data de vencimento. A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

remuneratórios correspondentes à 110,50% do CDI.

Para o investimento na construção da UHE JARI, a ECE possui um limite de crédito de R\$360 milhões junto ao Banco do Brasil, onde possui R\$305 milhões em saldo remanescente da Cédula de Crédito Bancário. Essa linha serve como empréstimo "ponte" para Implementação do Projeto de Construção da UHE JARI.

Nossos Diretores acreditam que estamos em uma situação confortável em relação as nossas fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, tendo em vista principalmente (i) nossa capacidade de geração de caixa e (ii) nosso limite de crédito já contratado e não utilizado.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As necessidades de financiamento de CAPEX de manutenção estão asseguradas pelas linhas pré-aprovadas do BNDES e do Banco Europeu de Investimento ("BEI"), além da geração própria de caixa. Nossos Diretores acreditam que em função de nossa geração de caixa, não precisamos utilizar de forma recorrente linhas de financiamento para a cobertura de nossas necessidades de capital de giro, além do que é necessário para financiar nosso CAPEX de manutenção. A necessidade por eventual captação fora destas linhas é, em geral, para alongar o perfil de endividamento e manter os níveis de alavancagem que, de acordo com nossos Diretores, são adequados tanto para nossos acionistas quanto para nossos credores. Caso nossa capacidade de geração de caixa não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, nossos Diretores acreditam que conseguiremos saná-las com os limites de crédito já disponibilizados e ainda não utilizados (vide subitem 10.1(g) abaixo) ou por meio de novas linhas de financiamento. Na contratação de novos financiamentos, nossos Diretores buscam analisar as opções disponíveis naquele momento, considerando das condições de mercado e almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros condizentes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Nossos Diretores acreditam que nosso nível de endividamento vem se mantendo em um patamar condizente com nosso fluxo de caixa.

No entendimento de nossos Diretores, a composição do nosso endividamento também demonstra a boa saúde financeira do grupo. O prazo médio de nossa Dívida Bruta em dezembro de 2011 era de 4,5 anos, frente 5,1 anos em dezembro de 2010. Essa queda foi devida às captações de novas dívidas (debêntures da CEJA e empréstimo-ponte da UHE JARI) ocorridas no último trimestre de 2011, com prazo médio de 2 (dois) anos. Nossa Dívida Bruta é preponderantemente atrelada aos indexadores TJLP e CDI, que representavam, respectivamente, 47,2% e 35,1% de nossa Dívida Bruta em dezembro de 2010 e 44,6% e 38,9% de nossa Dívida Bruta em dezembro de 2011, coerente com a estratégia do grupo.

(A) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta todas as características de nossos contratos financeiros relevantes nos períodos indicados:

(próxima página)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PÁGINA: 14 de 65

[illegible]

ESP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. - Empréstimos, Financiamentos e Encargos de dívidas																	
	Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento			31/12/2011		31/12/2010		Total	
									Principal	Não Principal	Encargos	Principal	Não Principal	Encargos	Principal		Não Principal
BDO - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Bandeirante	USD 100.000	05/03/2004	USD 100.000	15/04/2004 a 15/02/2012	Projetos de investimentos	I. Dívida total em relação à dívida total do empréstimo não superior ao valor original a 3,5%; II. Dívida total em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5; III. Índice de cobertura a longo prazo das dívidas maior ou igual a 1,2.	Líbor + 4,375% centralizado no vencimento Líbor + 4,375% a.a. + variação do índice de variação Cambial	19	3.052	3.071	84	10.801	2.711	13.596		
(-) BDI - Custo da transação	Bandeirante	(1.786)		(1.786)	01/09/2006 a 15/02/2012	-	-	Líbor + 4,375% centralizado no vencimento Líbor + 4,375% a.a. + variação Cambial	-	(240)	(240)	-	(1.438)	(240)	(1.678)		
BNDES	CSA	-	-	-	-	-	-	UABNDES + 4,50% a.a. UABNDES + 3,50% a.a. a	1	178	179	2	290	174	475		
BNDES - USD	Petrol	56.447	18/02/2002	9.266	16/03/2002 a 16/06/2012	Implantação das usinas hidrelétricas de Vitoria, São João e Piraítoque.	Retorno líquido sobre ativo total da USFSA, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.	LIBOR + 1,2750% a.a.	1	178	179	2	270	158	430		
BD - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Petro	USD 163.500	17/10/2007	USD 159.894	15/02/2006 a 15/02/2014	Implantação da usina termelétrica Petrópolis.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	LIBOR + 1,2750% a.a.	1.488	8.310	301.417	1.213	253.917	260.130	260.130		
(-) Custo de Captação	Petro	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.503)	(12.503)	-	(7.294)	(7.294)	(7.294)		
BB - Banco Europeu de Investimento	Petro	EUR 45.000	17/02/2012	EUR 15.000	19/02/2012 a 17/02/2018	Aquisição e refinação de petróleo e gás da área de produção da Bandeira, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	LIBOR + 1,2750% a.a.	-	-	-	-	-	-	-		
(-) BEI - Custo da transação	Bandeirante	(110)	17/02/2012	(110)	19/02/2012 a 17/02/2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
BB - Banco Europeu de Investimento	Escila	EUR 45.000	17/02/2012	EUR 15.000	19/02/2012 a 17/02/2018	Apliação e refinação da rede elétrica da área de produção da Bandeira, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	LIBOR + 1,2750% a.a.	-	-	-	-	-	-	-		
Mercado nacional									1.508	11.300	278.116	1.301	9.932	254.426	265.659		
Bancor de Reuz - ECF 2617/07	Bandeirante	608	09/04/2007	608	30/05/2006 a 30/03/2009	Programa Reuz - Município de Aparecida-SP	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. + 1,5% a.a. (taxa fixa)	7	227	2.430	2.664	402	1.007	1.559		
Bancor de Reuz - ECF 2656/07	Bandeirante	3.911	12/12/2007	3.594	30/05/2010 a 30/03/2009	Programa Reuz - Município de Taubaté-SP	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. + 1,5% a.a. (taxa fixa)	-	723	843	1.566	722	1.566	2.288		
Bancor de Reuz - ECF 2657/07	Bandeirante	10.036	12/12/2007	9.919	30/05/2010 a 30/03/2009	Programa Reuz - Município de Guaratuba-SP	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. + 1,5% a.a. (taxa fixa)	-	2.000	4.665	6.665	2.000	6.665	8.665		
Bancor de Reuz - ECF 2658/07	Bandeirante	2.946	12/12/2007	2.449	30/05/2010 a 30/03/2009	Programa Reuz - Município de Suzano-SP	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. + 1,5% a.a. (taxa fixa)	-	403	575	1.068	402	1.067	1.569		
Bancor de Reuz - ECF 2779/09	Bandeirante	3.517	18/03/2010	2.651	30/08/2012 a 30/07/2017	Programa Reuz - Município de Marília-SP	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. + 1,5% a.a. (taxa fixa)	-	227	2.430	2.664	402	1.007	1.559		
Bancor de Reuz - ECF 3000/09	Bandeirante	3.392	27/05/2010	2.506	30/07/2017 a 30/07/2016	Programa Reuz - Município de Marília-SP	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. + 1,5% a.a. (taxa fixa)	-	224	2.325	2.549	224	2.325	2.549		
Bancor de LPT - ECF 019/04	Bandeirante	11.523	28/05/2004	9.342	30/07/2016 a 30/07/2016	Programa Luz para Todos	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	5% a.a. + 1,5% a.a. + 1,5% a.a. (taxa fixa)	-	371	2.533	2.904	371	2.904	3.275		
Bancor de LPT - ECF 044/07	Bandeirante	12.359	25/06/2007	11.015	30/10/2019	Capital de Giro	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	100% de CDI	335	20.400	41.135	462	20.400	40.800	61.692		
Banco do Brasil Santander - Cédula de Crédito Bancário	Bandeirante	102.000	05/12/2006	102.000	05/12/2013 a 05/06/2007	Capital de Giro	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	100% de CDI									

[illegible]

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.																	
Consolidado																	
Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data de emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012				31/12/2011			
										Encargos		Principal		Encargos		Principal	
										Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ramer Corretora de Valores S.A.	Investco	25.000	10	250.000	01/11/2001	01/11/2001 a 01/11/2011	Investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães.	12,80% a.a. corrigido pelo ICPM	Principal e juro anual	-	-	-	-	34.016	-	34.016	
	Investco	-	-	-	-	-	-	-	Amortização mensal	-	-	-	-	(24)	-	(24)	
Pavani DTM	Escola	26.400	10	264.000	01/06/2006	01/06/2011	Liquidação de empréstimos de curto prazo	104,4% do CDI	Principal anual e juro semestral	-	-	-	-	88.815	-	88.815	
	Penúlgono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	25.000	10	250.000	02/07/2007	02/07/2007 a 02/07/2014	Alongamento da dívida. Pagamento das Senior Notes com vencimento em 15/07/2007.	105,0% do CDI	Principal anual e juro semestral	83.325	83.350	166.675	250.000	-	250.000	250.000	
Escola	Escola	-	-	-	-	-	-	-	Amortização mensal	(136)	(45)	(181)	(408)	(227)	(181)	(730)	
	Penúlgono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	25.000	10	250.000	01/03/2006	01/03/2006 a 01/03/2011	Liquidação de empréstimos de curto prazo	104,4% do CDI	Principal anual e juro semestral	-	-	-	-	86.280	-	86.280	
Bandelante	Bandelante	39.000	10	390.000	01/07/2010	01/07/2010 a 30/06/2016	Recomposição de caixa ao pagamento de dívidas e ao financiamento de capital de giro.	CDI + 1,50%	Principal anual e juro semestral	17.080	390.000	407.080	415.360	23.549	390.000	415.349	
	Bandelante	-	-	-	-	-	-	-	Amortização mensal	(535)	(805)	(1.340)	(1.450)	(594)	(1.999)	(2.583)	
Energist	Oliveira Trust	12.000	1	120.000	1ª emissão em 23/04/2012	23/04/2012 a 23/04/2017	Alongamento da dívida. Financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX.	CDI + 0,98%	Principal anual e juro semestral	1.713	120.000	121.713	-	-	-	-	
	Energist	-	-	(636)	-	-	-	-	Amortização mensal	-	(541)	(541)	-	-	-	-	
EDPE	Penúlgono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	46.000	10	460.000	1ª emissão em 28/08/2012	28/08/2012 a 28/02/2014	Investimentos em ativos de geração de energia	105,0% do CDI	Principal e juro em parcela única no final	11.098	450.000	461.098	-	-	-	-	
	EDPE	-	-	(530)	-	-	-	-	Amortização mensal	-	(412)	(412)	-	-	-	-	
CEIA	Oliveira Trust	300	1.000	300.000	1ª emissão em 24/10/2011	24/10/2011 a 11/10/2013	Alongamento da dívida. Liquidação das CDBs utilizadas na aquisição da UHE Jari.	110,5% do CDI	Principal e juro em parcela única no final	34.125	300.000	334.125	305.593	5.593	300.000	305.593	
	CEIA	-	-	(83)	-	-	-	-	Amortização mensal	-	(37)	(37)	-	-	-	-	
Total										52.383	11.098	383.152	1.041.547	24.825	5.593	853.048	869.323

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(b) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas quirografárias. As nossas dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(c) eventuais restrições impostas à EDP Renováveis, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Na data desta Proposta da Administração, nossas controladas atendiam aos índices estipulados nas *covenants* financeiras a que estavam sujeitas. O descumprimento de qualquer dessas *covenants* pode resultar na antecipação do vencimento dos contratos de financiamento das nossas controladas.

Nossas controladas EDP Bandeirante, Enerpeixe, Santa Fé, CENAEEL e Elebrás são partes de contratos de financiamento que incluem *covenants* que limitam a capacidade dessas companhias de pagarem dividendos:

Enerpeixe:

(i) Por força do contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 21 de maio de 2004, a Enerpeixe somente poderá distribuir dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório caso obtenha a prévia autorização do BNDES e dos agentes financeiros (Banco do Brasil, Banco Bradesco S/A, Banco Itaú BBA S/A e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A).

(ii) Nos termos do Contrato de Suporte dos Acionistas, datado de 21 de maio de 2004, nos comprometemos a somente aceitar ou receber qualquer distribuição de lucros (a título de dividendo ou juros sobre capital próprio) da Enerpeixe (a) caso o BNDES e o Banco do Brasil tenham sido notificados da intenção de tal distribuição com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, e a tenham aprovado expressamente e por escrito; (b) caso não tenha havido nenhum descumprimento sob os termos dos contratos de financiamento com o BNDES; e (c) caso os saldos das aplicações financeiras para reserva do serviço da dívida decorrente dos contratos financeiros com o BNDES estejam conforme exigidos nos contratos.

Santa Fé:

Por força do contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 11 de maio de 2009, a Santa Fé somente poderá distribuir dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório caso obtenha a prévia autorização do BNDES e do Banco do Brasil.

CENAEEL:

Por força do contrato de financiamento celebrado com o BNDES e BRDE em 31 de julho de 2006, a CENAEEL não pode fazer nenhum pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, aos seus acionistas diretos ou indiretos caso não seja atendido o ICSD específico para pagamento de dividendos de, no mínimo, 1,4 vezes.

Elebrás:

Por força do contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 29 de março de 2011, a Elebrás não pode fazer nenhum pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, aos seus acionistas diretos ou indiretos caso não seja atendido o ICSD específico para pagamento de dividendos de, no mínimo, 1,3 vezes.

Nossos contratos apresentam cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

As principais cláusulas dos contratos prevendo rescisão estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;
- (ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;
- (iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404;
- (iv) Aplicável para Bandeirante, Escelsa e Energest: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano;
- (v) pedido de auto-falência;
- (vi) liquidação, dissolução ou decretação de falência;
- (vii) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- (viii) perda da concessão, desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações;
- (ix) notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$ 40.000 na CEJA, a R\$ 50.000 na Energest, e a R\$ 75.000 na Energias do Brasil, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações; e
- (x) aplicável à Bandeirante e à Escelsa: vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da companhia na Escritura de Emissão;
- (xi) aplicável à Bandeirante e à Escelsa: cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação, ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei 6.404/76;
- (xii) aplicável à Bandeirante e à Escelsa: protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$ 40.000, exceto se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (iii) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; e
- (xiii) aplicável à Bandeirante e à Escelsa: alienação de controle acionário direto da EDP – Energias do Brasil S.A. ("EnBr") que acarrete uma redução da classificação de risco (rating) corporativo da Emissora, exceto se a EDP – Energias de Portugal S.A., direta ou indiretamente remanescer como detentora do maior número de ações com direito a voto da EnBr e mantiver, isoladamente ou em conjunto com outros acionistas, a maioria do Conselho de Administração da EnBr com direito a voto da EnBr, ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debêntures titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e as controladas Bandeirante, Escelsa, Energest e CEJA, encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Mutação das debêntures**

		Consolidado					
	Valor líquido em		Pagamen- tos de principal	Pagamen- tos de juros	Juros provisio- nados	Transferên- cias	Valor líquido em
	31/12/2011	Ingressos					31/12/2012
Circulante							
Debêntures	107.923		(83.325)	(70.280)	69.051	411.146	435.535
	107.923	-	(83.325)	(70.280)	69.051	411.146	435.535
Não circulante							
Debêntures	860.637	568.945			34.197	(411.146)	1.052.633
	860.637	568.945	-	-	34.197	(411.146)	1.052.633

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Possuímos um limite de crédito de R\$630 milhões junto ao BNDES, correspondente ao saldo remanescente do CALC nº 08.2.1025.1. Essa linha de crédito poderá ser utilizada para financiar investimentos de CAPEX nas nossas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energest.

Empresa de Energia Cachoeira do Caldeirão: Em 14 de fevereiro de 2013 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado a celebração de contrato de empréstimo entre a Empresa de Energia Cachoeira do Caldeirão e o Banco do Brasil S.A, na modalidade Capital de Giro, no valor de R\$30 milhões. Sobre o valor contratado há incidência de juros de 109% do CDI com vencimento em 08 de março de 2013, podendo ser prorrogado por mais 30 dias.

A ECE possui um limite de crédito de R\$305 milhões junto ao Banco do Brasil, correspondente ao saldo remanescente da Cédula de Crédito Bancário. Essa linha serve como empréstimo "ponte" para Implementação do Projeto de Construção da UHE JARI.

A UTE Porto do Pecém I dispõe de limites de créditos junto ao BNDES e ao BID de R\$ 118,4 milhões e US\$ 7,2 milhões, respectivamente.

Em 11 de janeiro e 4 de fevereiro de 2013, a controlada Energest assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$6 milhões cada, totalizando R\$12 milhões. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 115,03% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em março e maio de 2013 respectivamente.

Em 22 de fevereiro de 2013, a controlada Energest assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$22 milhões. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 115,00% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em maio de 2013.

Em 5 de fevereiro de 2013, a controlada EDP Bandeirante assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo na modalidade de Conta Garantida, no valor de R\$20 milhões. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 116,00% do CDI com principal e juros a vencer em única parcela maio de 2013.

Em 5 de fevereiro de 2013, a controlada EDP Bandeirante assinou junto ao Banco Alfa, contrato de empréstimo na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$20 milhões. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 115,00% do CDI com principal e juros a vencer em única parcela maio de 2013.

Em 15 de fevereiro de 2013, a controlada EDP Escelsa assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo nas modalidades de Crédito Rural e Agronegócio, no valor de R\$34 milhões cada, totalizando R\$68 milhões. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 98,50% do CDI e de 105,50% do CDI, respectivamente, com principal e juros a vencer em única parcela em fevereiro de 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 22 de fevereiro de 2013, a Companhia assinou junto ao Banco do Brasil, contrato de empréstimo na modalidade de Conta Garantida, no valor de R\$8 milhões. Sobre o valor contratado, há incidência de juros de 116,00% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em maio de 2013.

Em 22 de fevereiro de 2013 em Reunião do Conselho de Administração foi aprovado a celebração de contrato de empréstimo entre a Companhia e o Banco do Brasil S.A, no valor de R\$210 milhões. Sobre o valor contratado há incidência de juros de 107,1% do CDI com vencimento em 30 de abril de 2013. A liberação parcial do valor de R\$185 milhões ocorreu em 26 de fevereiro de 2013.

Em 21 de fevereiro de 2013 em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de sua controlada, a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., no valor total de R\$168 milhões mediante a emissão de 16.800 debêntures, que farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu valor nominal unitário, correspondentes a 106,30% da taxa média diária de juros dos DI, incidentes desde a data de emissão, sobre as "Debêntures" e a "Remuneração".

Em abril de 2013, a EDP Escelsa recebeu nova liberação do BNDES, no valor de R\$ 7 milhões. Sobre este valor, há incidência de juros entre TJLP + 1,81%a.a. e TJLP + 3,21%a.a., com pagamento mensal de juros e principal em setenta e duas parcelas, a partir de julho de 2013.

Em abril de 2013, a EDP - Energias do Brasil concluiu o processo de sua 2ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 500 milhões. Sobre este valor, há incidência de juros de CDI + 0,55%a.a, com pagamento de juros semestrais e principal em duas parcelas iguais, a primeira a vencer em abril de 2015 e a segunda em abril de 2016.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da EDPBR reflete o entendimento dos nossos Diretores e deverá ser lida junto com as demonstrações financeiras da EDPBR relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, e respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens da Proposta da Administração.

Resultados operacionais em 2011 e 2012

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidada e as variações ocorridas nos períodos apresentados. Ressaltamos que os valores relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 refletem os dados reapresentados das demonstrações financeiras para fins de comparação com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, respectivamente, decorrente das alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2011	AV ⁽¹⁾	31/12/2012	AV ⁽¹⁾	Variação 12/11 - 12/12 (%)
(em milhões de reais)					
Receita operacional líquida	5.705,4	100,0%	6.567,3	100,0%	15,1%
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	(2.954,2)	-51,8%	(4.242,3)	-64,6%	43,6%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.302,8)	-40,4%	(3.499,5)	-53,3%	52,0%
Encargos de uso da rede elétrica	(651,4)	-11,4%	(737,2)	-11,2%	13,2%
Custo da matéria prima consumida	0	0,0%	(5,5)	-0,1%	
Custo de operação	(687,5)	-12,1%	(707,0)	-10,8%	2,8%
Pessoal	(167,6)	-2,9%	(189,4)	-2,9%	13,0%
Materiais e serviços de terceiros	(222,7)	-3,9%	(230,2)	-3,5%	3,4%
Depreciações e amortizações	(261,2)	-4,6%	(273,9)	-4,2%	4,9%
Outros custos de operação	(36,1)	-0,6%	(13,5)	-0,2%	-62,5%
Custo do serviço prestado a terceiros	(309,3)	-5,4%	(243,5)	-3,7%	-21,3%
Lucro operacional bruto	1.754,4	30,7%	1.374,5	20,9%	-21,7%
Despesas operacionais	(562,4)	-9,9%	(401,4)	-6,1%	-28,6%
Despesas com vendas	(41,8)	-0,7%	(11,8)	-0,2%	-71,7%
Despesas gerais e administrativas	(310,9)	-5,4%	(305,6)	-4,7%	-1,7%
Depreciações e amortizações	(84,4)	-1,5%	(66,5)	-1,0%	-21,2%
Outras despesas operacionais	(125,3)	-2,2%	(17,5)	-0,3%	-86,0%
Resultado do serviço	1.192,0	20,9%	973,1	14,8%	-18,4%
Resultado das participações societárias	(3,5)	-0,1%	(2,9)	0,0%	
Receitas financeiras	210,3	3,7%	192,0	2,9%	-8,7%
Despesas financeiras	(493,7)	-8,7%	(437,7)	-6,7%	-11,3%
Resultado financeiro	(283,4)	-5,0%	(245,7)	-3,7%	-13,3%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	905,1	15,9%	724,5	11,0%	-20,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(234,6)	-4,1%	(146,3)	-2,2%	-37,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21,2	0,4%	(44,6)	-0,7%	-309,8%
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio	691,7	12,1%	533,5	8,1%	-22,9%
Reversão dos juros sobre capital próprio		0,0%		0,0%	
Lucro líquido antes da participação minoritária	691,7	12,1%	533,5	8,1%	-22,9%
Participações dos não controladores	(201,0)	-3,5%	(191,9)	-2,9%	-4,5%
Lucro líquido do exercício/trimestre	490,7	8,6%	341,6	5,2%	-30,4%
Lucro por Ação (em Reais)	1,03		0,72		

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012.

Receita operacional líquida

O total da receita operacional líquida verificada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 atingiu um valor de R\$6.567,3, o que representa um aumento de 15,1% em relação ao mesmo período do exercício social anterior, quando o valor foi de R\$5.705,41. Os principais determinantes da variação da receita líquida em 2012 foram:

- Na geração:

(i) Pecém I: Início do contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) da Usina Termelétrica Pecém I, em 23 de julho de 2012. Dada a postergação do início de geração comercial, a Usina teve que adquirir energia no Mercado Livre para garantir os contratos de fornecimento de energia até a data de entrada em operação comercial, em 01 de dezembro de 2012; (ii) Lajeado Energia: Maior venda de energia no Curto Prazo nos primeiros 9 meses do ano reflexo da estratégia de sazonalização e do quadro hidrológico favorável no período; (iii) Energest: Aumento no volume de energia comercializada, decorrente do incremento da Garantia Física da UHE Mascarenhas e do aumento do nível de contratação da geradora. Esse acréscimo de energia foi comercializado em operações de curto prazo, favorecidas pelo preço alto do preço líquido das diferenças (PLD); (iv) Enerpeixe: A variação de preço médio de venda de energia é decorrente da variação do IGPM associado aos reajustes contratuais ao longo do ano.

- Na distribuição:

(i) Aumento de 2,9% no volume de energia vendida a clientes finais, impulsionado, principalmente, pelo aumento no consumo das classes residencial, comercial e rural; (ii) Redução de 1,2% do volume de energia distribuído a clientes livres em 2012 frente a 2011, devido ao desempenho dos setores de Extrativismo Mineral (-4,5%) e Químico (-5,9%), e redução do contrato de dois grandes clientes (unidades Gerdau -8GWh), retorno ao mercado cativo da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nobrecel (-6GWh) e retomada da autoprodução dos clientes Revap e Fibria (-14 GWh); (iii) Impacto das novas regras instituídas com os procedimentos da revisão tarifária relativas à receita de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente (PRORET 2.7) que passaram a ser contabilizadas como Obrigações Especiais em Curso, a partir da data contratual de revisão tarifária do 3º Ciclo de Revisões. Desse modo, a EDP Bandeirante provisionou o montante de R\$ 50,1 milhões referente ao período de 23 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2012, reduzindo a Receita Operacional. Quando do início do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o valor acumulado nessa subconta receberá o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais; (iv) Reajuste tarifário anual médio na EDP Escelsa de 14,29% a partir de 07 de agosto de 2012 com efeito médio percebido pelos consumidores cativos de 11,33%, considerando os ajustes financeiros referentes a períodos anteriores. Revisão e Reajuste Tarifário na EDP Bandeirante de - 1,85% e 11,45%, respectivamente. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos, já considerando a revisão tarifária de 2011 e o reajuste tarifário de 2012, foi de 7,29%, aplicado a partir de 23 de outubro de 2012; e (v) Atraso na finalização da metodologia do 3º ciclo de revisão tarifária, a ANEEL manteve congeladas as tarifas da EDP Bandeirante, homologadas em outubro de 2010, até 23 de outubro de 2012.

- Na comercialização: a receita líquida apresentou crescimento de 47,0% em 2012 em comparação ao ano anterior, em decorrência, principalmente, do aumento de 13,7% no volume comercializado, reflexo da intensificação das negociações de curto e longo prazo e das vendas do 13º leilão de ajuste, além do aumento de 29,0% no preço médio de venda em relação a 2011.

Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$4,2 milhões, o que representou um aumento de 43,6% em relação ao exercício social anterior, quando o valor foi de R\$2,9 milhões. O aumento do custo é devido aos fatores abaixo descritos:

Energia elétrica comprada para revenda: Os custos com aquisição de energia elétrica para revenda aumentaram 52%, atingindo R\$3.499,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contra R\$2.302,8 milhões, devido: (i) Início de suprimento de energia de dois novos produtos em 2012, adquiridos nos leilões de energia nova, necessários ao atendimento do crescimento do mercado; (ii) Acréscimo no preço médio da compra de energia, reajustado pela variação do IPCA; (iii) Acréscimo no valor da energia comprada de ITAIPU, em 2012, devido ao aumento de 17% no dólar do período; (iv) Realização de compra de energia para recomposição de lastro, em função do atraso para entrada em operação da Usina Termelétrica Energia Pecém I; (v) O PLD permaneceu num patamar elevado, alcançando a média de R\$ 166,69/MWh ao longo de 2012, contra a média de R\$ 29,42/MWh em 2011, refletindo em maior despacho das usinas térmicas no período.

Encargos de uso da rede elétrica: Os custos com encargos de uso da rede elétrica subiram em 13,2%, ante o incremento de 6,0% em 2011, devido do reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, além do acréscimo nas distribuidoras proveniente dos encargos de energia de reserva em função de início de suprimento de energia elétrica proveniente de fonte eólica, objeto do 2º Leilão de Energia de Reserva, com o início do suprimento em Julho de 2012.

Custo de operação

Os custos de operação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$707,0 milhões, o que representa um aumento de 2,8% em relação ao ano anterior, quando o valor foi de R\$687,5 milhões, devido aos seguintes fatores:

Pessoal: Os custos com pessoal aumentaram 13,0%, atingindo R\$189,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contra R\$167,6 milhões no exercício social anterior, devido: (i) Reajuste salarial médio de 6,7% em cumprimento ao acordo coletivo, resultando em encargos adicionais sobre folha de pagamento; (ii) Aumento do quadro de pessoal do Grupo,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

sobretudo, em função da primarização de mão de obra na EDP Bandeirante; (iii) Reestruturação organizacional da Unidade de Negócio da Distribuição; (iv) Efeitos não recorrentes ocorridos no 2T12 e 4T12 referentes ao crédito SAT (Seguro de Acidente de Trabalho) relativo aos anos de 1991-1999 e 2005-2010 na EDP Escelsa devido a pagamentos a maior em períodos anteriores.

Materiais e serviços de terceiros: Os custos com materiais e serviços de terceiros aumentaram 3,4%, atingindo R\$230,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contra R\$222,7 milhões no exercício social anterior. Na conta materiais, deve-se aos maiores gastos com combustível e material de manutenção de veículos, e no item serviços de terceiros, deve-se, em parte, aos repasses dos reajustes contratuais por parte dos nossos prestadores de serviços, e decréscimo dos gastos com conservação e reparação do sistema elétrico, sobretudo devido à primarização na EDP Bandeirante, com redução das equipes prestadoras de serviço e redução de atividades de manutenção de rede e volume de podas.

Depreciações e amortizações: As depreciações e amortizações atingiram R\$273,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contra R\$261,2 milhões no exercício social anterior, devido principalmente a menor utilização de crédito de PIS e COFINS sobre a depreciação das distribuidoras e geradoras da EDPBR, compensado pela revisão das taxas de depreciação que aumentou a vida útil dos bens relacionados à concessão.

Outros custos de operação: Os outros custos de operação diminuíram -62,5%, atingindo R\$13,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contra R\$36,1 milhões no exercício social anterior, devido principalmente ao ajuste da conciliação contábil referentes a passivos constituídos para serviços provisionados e não realizados.

Custo dos serviços prestados a terceiros: Principalmente, corresponde a variação dos custos com construção da infraestrutura das distribuidoras.

Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto teve uma variação -21,7% no período,, atingindo R\$1.374,5 milhões em 31 de dezembro de 2012, contra um montante de R\$1.754,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, em virtude do acima exposto.

Despesas operacionais

Nossas despesas operacionais diminuíram -28,6%, atingindo R\$401,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, contra R\$562,4 milhões no exercício social anterior, devido aos seguintes fatores:

Despesa com vendas: As despesas com vendas diminuíram -71,7%, atingindo R\$11,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contra R\$41,8 milhões no exercício social anterior, principalmente à reversão de PDD em função do acordo entre EDP Comercialização e a Ampla Energia para o fim da disputa judicial entre as companhias referente à sentença arbitral proferida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. O acordo firmado prevê a manutenção do contrato de comercialização de energia celebrado em 26 de junho de 2002, com validade até 2022.

Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas diminuíram -1,7%, atingindo R\$ 305,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contra R\$ 310,9 milhões no exercício social anterior, devido basicamente à: (i) Reajuste salarial médio de 6,7% em cumprimento ao acordo coletivo, resultando em encargos adicionais sobre folha de pagamento; (ii) Gastos com padronização e melhoria das instalações da sede administrativa em São Paulo; (iii) Apuração do resultado da venda da Evrecy Participações Ltda à CTEEP; (iv) Pagamento de honorário de êxito referente ao processo SAT na EDP Escelsa; e (v) Gastos de Consultoria referente ao Inventário de Ativos nas Distribuidoras (Demanda Regulatória).

Depreciações e amortizações: A variação de -21,2% no período deve-se, principalmente, pela depreciação dos ativos da controlada Terra Verde, ocorrida em 2011, que não se repetiu em 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras despesas (receitas) operacionais: Os outros custos operacionais diminuíram -86,0%, atingindo R\$17,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 contra R\$ 125,3 milhões no exercício social anterior, devido basicamente: (i) Valor Novo de Reposição dos ativos de distribuição em R\$ 102,4 milhões (R\$ 24,5 milhões na EDP Bandeirante e R\$ 77,9 milhões na EDP Escelsa) - Conforme definido na Medida Provisória nº 579; (ii) Efeito não recorrente, no 2T11, em função de mudança de classificação de risco de perda de "possível" para "provável" do litígio em curso entre as empresas EDP Bandeirante e White Martins S.A., referente ao aumento das tarifas no período de vigência do Plano Cruzado; (iii) menores perdas na desativação e alienação de bens do ativo imobilizado das distribuidoras.

Resultado do serviço

O resultado do serviço caiu -18,4%, atingindo R\$973,1 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, contra R\$1.192,0 mil no exercício social anterior, principalmente em virtude do acima exposto nas rubricas de receita operacional, custos com energia elétrica e de operação, além das despesas operacionais.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da EDPBR no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 diminuiu -13,3% e atingiram R\$245,7 milhões negativos, contra um montante de R\$283,4 milhões negativos em 31 de dezembro de 2011. Contribuíram para este resultado as seguintes variações:

- (i) Receitas financeiras: O montante de receitas financeiras apresentou variação de -8,7%, atingindo R\$192,0 milhões em 2012 contra um montante de R\$210,3 milhões em 2011. A redução de -R\$18,3 milhões correspondem principalmente ao menor saldo de caixa e conseqüente menor receita sobre aplicações financeiras.
- (ii) Despesas financeiras: O montante de despesas financeiras apresentou variação de -11,3%, atingindo R\$437,7 milhões em 2012 contra um montante de R\$493,7 milhões em 2011. A variação de -R\$56,0 milhões correspondem principalmente a atualização monetária em 2011 das contingências judiciais, da distribuidora EDP Bandeirante quanto ao processo judicial da White Martins no montante de R\$55 milhões.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social apresentou variação negativa de -20%, atingindo em 2012 o montante de R\$724,5 milhões contra um montante de R\$905,1 milhões em 2011, influenciado pelo aumento do PLD e despacho das Usinas Térmicas, gerando maior gasto com a compra de energia.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foram de R\$190,9 milhões, variação de -10,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando foram de R\$213,4 milhões. As principais variações são em decorrência de:

- (i) imposto de renda e contribuição social correntes: apresentou variação de -37,6% atingindo um montante de R\$146,3 milhões em 2012 contra R\$234,6 milhões em 2011, em virtude, principalmente do menor lucro tributável das distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa; e (ii) imposto de renda e contribuição social diferidos: apresentou montante de -R\$44,6 milhões negativos em 2012 contra R\$21,2 milhões positivos em 2011 em função de ajustes nas ações preferenciais da EDP Investco.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro líquido antes da participação minoritária

O lucro líquido, antes da participação minoritária, totalizou em 31 de dezembro de 2012 R\$533,5 milhões, redução de -22,9% em relação ao ano de 2011, principalmente pelo aumento do gasto com a compra de energia, já detalhados anteriormente.

Participação dos não controladores

A participação dos não controladores no resultado consolidado atingiu R\$ 191,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 4,5% na comparação com o exercício social anterior, quando foi de R\$201,0 milhões. Tal variação se deu pelo maior resultado de nossas controladas Lajeado Energia e Enerpeixe, compensado pelo ajuste dos minoritários de nossa controlada Investco.

Lucro líquido

Em função dos efeitos analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R\$341,6 milhões em 2012, -30,4% inferior ao de 2011. A redução se deu, principalmente, pelo maior gasto com a compra de energia explicado no respectivo item.

Resultados operacionais em 2010 e 2011

A tabela abaixo apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidada e as variações ocorridas nos períodos apresentados. Ressaltamos que os valores relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 refletem os dados reapresentados das demonstrações financeiras para fins de comparação com as demonstrações financeiras relativas ao período encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2012, decorrente das alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2010	AV ⁽¹⁾	31/12/2011	AV ⁽¹⁾	Variação 12/10 - 12/11 (%)
(em milhões de reais)					
Receita operacional líquida	5.397,9	100,0%	5.705,4	100,0%	5,7%
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	(2.698,2)	-50,0%	(2.954,2)	-51,8%	9,5%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.083,1)	-38,6%	(2.302,8)	-40,4%	10,5%
Encargos de uso da rede elétrica	(615,1)	-11,4%	(651,4)	-11,4%	5,9%
Custo da matéria prima consumida	0	0,0%	0	0,0%	#DIV/0!
Custo de operação	(623,6)	-11,6%	(687,5)	-12,1%	10,3%
Pessoal	(151,9)	-2,8%	(167,6)	-2,9%	10,3%
Materiais e serviços de terceiros	(199,5)	-3,7%	(222,7)	-3,9%	11,6%
Depreciações e amortizações	(242,4)	-4,5%	(261,2)	-4,6%	7,7%
Outros custos de operação	(29,8)	-0,6%	(36,1)	-0,6%	21,2%
Custo do serviço prestado a terceiros	(369,7)	-6,8%	(309,3)	-5,4%	-16,3%
Lucro operacional bruto	1.706,4	31,6%	1.754,4	30,7%	2,8%
Despesas operacionais	(521,5)	-9,7%	(562,4)	-9,9%	7,8%
Despesas com vendas	(80,3)	-1,5%	(41,8)	-0,7%	-47,9%
Despesas gerais e administrativas	(280,3)	-5,2%	(310,9)	-5,4%	10,9%
Depreciações e amortizações	(81,4)	-1,5%	(84,4)	-1,5%	3,6%
Outras despesas operacionais	(79,5)	-1,5%	(125,3)	-2,2%	57,5%
Resultado do serviço	1.184,9	22,0%	1.192,0	20,9%	0,6%
Resultado das participações societárias	(1,8)	0,0%	(3,5)	-0,1%	
Receitas financeiras	258,1	4,8%	210,3	3,7%	-18,5%
Despesas financeiras	(455,5)	-8,4%	(493,7)	-8,7%	8,4%
Resultado financeiro	(197,4)	-3,7%	(283,4)	-5,0%	43,6%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	985,7	18,3%	905,1	15,9%	-8,2%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(229,3)	-4,2%	(234,6)	-4,1%	2,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(19,8)	-0,4%	21,2	0,4%	-207,3%
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio	736,6	13,6%	691,7	12,1%	-6,1%
Reversão dos juros sobre capital próprio	-	0,0%	-	0,0%	
Lucro líquido antes da participação minoritária	736,6	13,6%	691,7	12,1%	-6,1%
Participações dos não controladores	(154,1)	-2,9%	(201,0)	-3,5%	30,5%
Lucro Líquido do exercício/trimestre	582,6	10,8%	490,7	8,6%	-15,8%
Lucro por Ação (em Reais)	1,22		1,03		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011.

Receita operacional líquida

O total da receita operacional líquida verificada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 atingiu um valor de R\$5.705,4, o que representa um aumento de 5,7% em relação ao mesmo período do exercício social anterior, quando o valor foi de R\$5.397,9. Os principais determinantes da variação da receita líquida em 2011 foram:

- Na geração:

(i) Lajeado Energia S.A: Em 2011, foram realizadas operações de compra e venda de energia nos mesmos volumes para obtenção de margem comercial. Essas operações já haviam sido realizadas no ano de 2010, porém em 2011 houve elevação do preço dessa energia em relação à mesma operação realizada no ano anterior. Essas operações abrangeram aproximadamente 10% do volume total vendido por Lajeado Energia e foram responsáveis pela variação do preço médio de venda de energia acima do IGPM e do IPCA. (ii) Energest: Houve aumento no volume de energia comercializada, decorrente do incremento da Garantia Física da UHE Mascarenhas e do aumento do nível de contratação da geradora. Esse acréscimo na energia foi comercializado em operações de curto prazo, o que reduziu levemente o preço médio de energia em 2011 em comparação ao preço de 2010 reajustado pelo IGPM ou IPCA, mas aumentou a receita total de venda de energia da empresa. (iii) Enerpeixe: A variação de preço médio de venda de energia é decorrente da variação do IGPM associado aos reajustes contratuais ao longo do ano.

- Na distribuição:

(i) Aumento de 2,9% no volume de energia vendida a clientes finais impulsionado, principalmente, pelo aumento no consumo da classe residencial e comercial. A expansão da base de clientes, o aumento do rendimento médio domiciliar *per capita* nacional em 2,5% em 2011 e a queda da taxa média de desemprego em 2011 para 6,0%, o menor patamar histórico desde 2002 (início da série histórica do IBGE), contribuíram para o aumento de consumo verificado nesses segmentos. Por outro lado, a classe industrial se manteve estável, no consumo anual, como resultado das migrações de clientes para o mercado livre e do arrefecimento da produção industrial nacional, principalmente no estado de São Paulo. (ii) Aumento de 4,2% do volume de energia distribuída a clientes livres em 2011, frente à 2010, resultante da migração de clientes cativos para o mercado livre (23 em 2011 e 13 em 2010). (iii) Impacto das novas regras instituídas com os procedimentos para revisão tarifária relativas à receita de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente (PRORET 2.7) que passaram a ser contabilizadas como Obrigações Especiais em Curso, a partir da data contratual de revisão tarifária do 3º Ciclo de Revisões. Desse modo, a EDP Bandeirante está provisionando o montante de R\$ 7,3 milhões referentes ao período de 23 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, reduzindo a Receita Operacional. Caso a provisão não tivesse sido feita, a Receita Líquida em 2011 teria aumentado 7,4% em relação à 2010. Quando do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o valor acumulado nessa subconta receberá o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais. (iv) Reajuste tarifário anual médio na EDP Escelsa de 6,89% a partir de 07 de agosto de 2011 com efeito médio percebido pelos consumidores cativos de 2,97%, considerando os ajustes financeiros referentes a períodos anteriores.

- Na comercialização:

A receita líquida apresentou crescimento de 24,3% em 2011 em comparação ao ano anterior, em decorrência, principalmente, do aumento de 18,0% no volume comercializado, reflexo da intensificação das negociações de curto e médio prazo, e aumento de preço médio da energia decorrente da variação do IGPM associado aos reajustes contratuais ao longo do ano.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$2,9 milhões, o que representou um aumento de 9,5% em relação ao exercício social anterior, quando o valor foi de R\$2,7 milhões. O aumento do custo é devido aos fatores abaixo descritos:

Energia elétrica comprada para revenda: Os custos com aquisição de energia elétrica para revenda aumentaram 10,5%, atingindo R\$2.302,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$2.083,1 milhões, devido: (i) início de suprimento de energia de 3 (três) novos produtos em 2011, adquiridos nos leilões de energia nova, necessários ao atendimento do crescimento do mercado; (ii) acréscimo no preço médio da compra de energia, reajustado pela variação do IPCA; e (iii) decréscimo no valor da energia comprada de ITAIPU, em 2011, devido à redução das cotas alocadas às Distribuidoras do Grupo, em relação a 2010.

Encargos de uso da rede elétrica: Os custos com encargos de uso da rede elétrica subiram em patamares mais moderados em 2011, acompanhando os níveis inflacionários, cerca de 6%, ante o incremento de 30% em 2010, quando atingiu R\$615,1 milhões no exercício social encerrado contra R\$473,7 milhões no exercício social anterior (2009) devido, principalmente, ao menor volume de chuvas no período, com conseqüentes despachos de térmicas, cujo custo é maior e deve ser rateado entre todos os participantes do setor elétrico, incluindo aí as distribuidoras. Destaca-se ainda, o início da cobrança do Encargo de Energia de Reserva ("EER") em 2009, sendo que no ano de 2010 novas usinas destinadas a aumentar a segurança no fornecimento de energia ao SIN (Sistema Integrado Nacional) foram agregadas, impactando no acréscimo deste encargo.

Custo de operação

Os custos de operação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$687,5 milhões, o que representa um aumento de 10,3% em relação ao ano anterior, quando o valor foi de R\$623,6 milhões, devido aos seguintes fatores:

Pessoal: Os custos com pessoal aumentaram 10,3%, atingindo R\$167,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$151,9 milhões no exercício social anterior, devido ao reajuste salarial médio de 7,3% em cumprimento ao acordo coletivo, resultando em encargos adicionais sobre folha de pagamento, além do aumento do quadro de pessoal do Grupo, sobretudo, em função da primarização de mão de obra nas áreas comercial e técnica da controlada EDP Bandeirante.

Materiais e serviços de terceiros: Os custos com materiais e serviços de terceiros aumentaram 11,6%, atingindo R\$222,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$199,5 milhões no exercício social anterior. Na conta materiais, deve-se aos maiores gastos com conservação e reparação do sistema elétrico, em virtude do incremento do Plano Verão e do Plano Adicional de Manutenção Preventiva de Redes para garantia dos indicadores de qualidade de serviços, cumprindo as determinações da ANEEL, que resultaram em maior utilização de materiais de iluminação, ferragens, intervenções na rede e equipamentos de segurança, e no item serviços de terceiros, deve-se, em parte, aos repasses dos reajustes contratuais por parte dos nossos prestadores de serviços, em conjunto com: (i) Acréscimo dos gastos com conservação e reparação do sistema elétrico, sobretudo devido ao incremento do Plano Verão e do Plano Adicional de Manutenção Preventiva de Redes para garantia dos indicadores de qualidade de serviços; (ii) Maior prestação de serviços de informática em virtude do aditamento e reajustes de contratos de hardware, implantação de novos projetos comerciais (incluindo adaptação à Resolução 414 da ANEEL) e sistemas nas distribuidoras; e (iii) Aumento dos gastos com padronização e melhoria das instalações da regional de São José dos Campos e das lojas de atendimento. Mudança do local do Centro de Manutenção de Distribuição (CMD) de Guarulhos e implantação de nova loja de atendimento em São José dos Campos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Depreciações e amortizações: As depreciações e amortizações atingiram R\$261,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$242,4 milhões no exercício social anterior, devido (i) à implantação do projeto Interativo nas distribuidoras (manual de contabilidade regulatória - resolução Aneel 367/09); e (ii) ao maior nível de imobilização de obras em andamento na EDP Bandeirante.

Outros custos de operação: Os outros custos de operação aumentaram 21,2%, atingindo R\$36,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$29,8 milhões no exercício social anterior, devido essencialmente a inflação no período.

Custo dos serviços prestados a terceiros: Principalmente, corresponde a variação dos custos com construção da infraestrutura das distribuidoras.

Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto teve uma variação positiva de 2,8% no período,, atingindo R\$1.754,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, contra um montante de R\$1.706,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, em virtude do acima exposto.

Despesas operacionais

Nossas despesas operacionais aumentaram 7,8%, atingindo R\$562,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, contra R\$521,5 milhões no exercício social anterior, devido aos seguintes fatores:

Despesa com vendas: As despesas com vendas diminuíram -47,9%, atingindo R\$41,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$80,3 milhões no exercício social anterior, devido basicamente à: (i) Redução nos saldos de provisão para devedores duvidosos devido a melhorias implementadas no ciclo comercial, processos internos de *Revenue Assurance* (garantia de receita) e novo critério de contabilização de parcelamento adimplente na EDP Bandeirante e na EDP Escelsa (-R\$ 22,1 milhões); e (ii) Efeito não recorrente, reconhecido no 3T10 na rubrica "provisões/perdas líquidas", referente à baixa de contas a receber de consumidores de baixa renda da EDP Bandeirante (-R\$ 12,8 milhões).

Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas aumentaram 10,9%, atingindo R\$ 310,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$ 280,3 milhões no exercício social anterior, devido basicamente à: (i) Incremento dos gastos com benefícios (vale alimentação, refeição e convênio farmácia) em decorrência da aplicação do índice de reajuste e maior número de colaboradores no grupo; (ii) Maiores gastos com assistência médica em função do aumento do número de colaboradores e maior utilização dos serviços entre os períodos comparados; e (iii) Aumento dos gastos com padronização e melhoria da sede administrativa em São Paulo.

Depreciações e amortizações: A variação de 3,6% no período deve-se, principalmente, pela depreciação de bens de nossa controlada Terra Verde e do alinhamento ajustado a partir de novembro de 2010 das curvas de amortização das controladas Lajeado Energia e EDP Lajeado Energia S.A. ("EDP Lajeado").

Outras despesas (receitas) operacionais: Os outros custos operacionais aumentaram 57,5%, atingindo R\$125,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 contra R\$ 79,5 milhões no exercício social anterior, devido basicamente às perdas na desativação e alienação de bens do ativo imobilizado das distribuidoras, que teve um montante de R\$14,4 milhões em 2010 contra R\$51,6 milhões em 2011, variação de R\$37,2 milhões entre os períodos.

Resultado do serviço

O resultado do serviço subiu 0,6%, atingindo R\$1.192,0 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, contra R\$1.184,9 mil no exercício social anterior, principalmente em virtude do acima exposto nas rubricas de receita operacional, custos com energia elétrica e de operação, além das despesas operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da EDPBR no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 aumentou 43,6% e atingiram R\$283,4 milhões negativos, contra um montante de R\$197,4 milhões negativos em 31 de dezembro de 2010. Contribuíram para este resultado as seguintes variações:

- (i) Receitas financeiras: O montante de receitas financeiras apresentou variação negativa de -18,5%, atingindo R\$210,3 em 2011 contra um montante de R\$258,1 milhões em 2010. A variação de R\$47,9 milhões corresponde principalmente a) Variações monetárias em moeda estrangeira que tiveram um montante de R\$11,8 em 2010 sem impacto em 2011; e b) Selic sobre tributos e contribuições sociais compensáveis que tiveram montante de R\$27,6 milhões em 2010 e apenas R\$20,0 milhões em 2011; e
- (ii) Despesas financeiras: O montante de despesas financeiras apresentou variação de 8,4%, atingindo R\$493,7 milhões em 2011 contra um montante de R\$455,5 milhões em 2010. A variação de R\$38,2 milhões corresponde principalmente a atualização monetária das contingências judiciais, principalmente na distribuidora EDP Bandeirante quanto ao processo judicial da White Martins no montante de R\$52,5 milhões e da variação cambial em moeda estrangeira, em virtude da valorização do dólar em relação ao real.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social apresentou variação negativa de -8,2%, atingindo em 2011 o montante de R\$905,1 milhões contra um montante de R\$985,7 milhões em 2010, em virtude, principalmente da variação no resultado financeiro líquido conforme explicado no item anterior.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$213,4 milhões, variação de -14,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, quando foram de R\$249,1 milhões. As principais variações são em decorrência de:

(i) imposto de renda e contribuição social correntes: apresentou variação de 2,3% atingindo um montante de R\$234,6 milhões em 2011 contra R\$229,3 milhões em 2010, em virtude, principalmente do maior lucro tributável das geradoras; e (ii) imposto de renda e contribuição social diferidos: apresentou montante de R\$21,2 milhões positivos em 2011 contra R\$19,8 milhões negativos em 2010 de aproveitamento dos prejuízos fiscais da EDPBR e da distribuidora EDP Bandeirante.

Lucro líquido antes da participação minoritária

O lucro líquido, antes da participação minoritária, totalizou em 31 de dezembro de 2011 R\$691,7 milhões, redução de 6,1% em relação ao ano de 2010, principalmente em razão do impacto do resultado financeiro líquido negativo compensado em partes pelo resultado de imposto de renda e contribuição social diferidos, explicados no item anterior.

Participação dos não controladores

A participação dos não controladores no resultado consolidado atingiu R\$ 201,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 30,5% na comparação com o exercício social anterior, quando foi de R\$154,1 milhões. Tal variação se deu pelo maior resultado de nossas controladas Investco, Lajeado Energia e Enerpeixe, em função das condições operacionais mais favoráveis em 2011 do que em relação a 2010.

Lucro líquido

Em função dos efeitos analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R\$ 490,7 milhões em 2011, 15,8% inferior ao de 2010. A redução se deu, principalmente, pelo resultado financeiro líquido explicado no respectivo item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FONTES E USOS DE RECURSOS

A EDPBR conta, principalmente, com o fluxo de caixa das suas operações e com recursos captados de terceiros por meio de contratos de financiamento para custear suas atividades operacionais e investimentos. Os recursos da EDPBR são utilizados principalmente para investimentos nas suas distribuidoras de energia, buscando manter a qualidade do serviço prestado e suportar o aumento natural de carga inerente as concessões. Na geração, visando ampliação da capacidade instalada e conseqüentemente aumentando a participação deste negócio no portfólio do Grupo.

Balanco Patrimonial

As tabelas abaixo apresentam os Balanços Patrimoniais consolidados levantados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010:

	31/12/2010	AV ⁽¹⁾	31/12/2011	AV ⁽¹⁾	31/12/2012	AV ⁽¹⁾	Variação 12/10 - 12/11 (%)	Variação 12/11 - 12/12 (%)
Balanços Patrimoniais								
(em milhões de reais)								
Ativo								
Circulante	2.822,1	22,1%	2.666,0	19,6%	2.718,7	18,8%	-5,5%	2,0%
Caixa e equivalentes de caixa	1.126,4	8,8%	895,9	6,6%	572,4	4,0%	-20,5%	-36,1%
Títulos a receber	3,7	0,0%	4,2	0,0%	4,5	0,0%	12,2%	8,8%
Ativo financeiro indenizável	0,8	0,0%	0,8	0,0%	-	0,0%	-3,2%	-100,0%
Consumidores e concessionárias	888,8	7,0%	963,2	7,1%	1.352,3	9,4%	8,4%	40,4%
Impostos e contribuições sociais	540,3	4,2%	519,2	3,8%	404,8	2,8%	-3,9%	-22,0%
Estoques	28,6	0,2%	68,1	0,5%	109,6	0,8%	138,2%	61,0%
Cauções e depósitos vinculados	15,3	0,1%	10,1	0,1%	24,9	0,2%	-33,9%	145,9%
Despesas pagas antecipadamente	5,3	0,0%	4,9	0,0%	1,0	0,0%	-7,0%	-80,4%
Ativos financeiros disponíveis para venda	40,8	0,3%	33,0	0,2%	19,8	0,1%	-19,1%	-40,0%
Outros créditos	172,1	1,3%	166,7	1,2%	229,4	1,6%	-3,2%	37,6%
Não circulante	9.945,5	77,9%	10.949,9	80,4%	11.711,2	81,2%	10,1%	7,0%
	1.578,0	12,4%	1.688,2	12,4%	1.926,0	13,3%	7,0%	14,1%
Títulos a receber	25,0	0,2%	23,9	0,2%	21,3	0,1%	-4,4%	-10,8%
Ativo financeiro indenizável	397,3	3,1%	482,3	3,5%	690,3	4,8%	21,4%	43,1%
Consumidores e concessionárias	63,7	0,5%	63,7	0,5%	40,3	0,3%	-0,1%	-36,7%
Impostos e contribuições sociais	35,9	0,3%	38,2	0,3%	63,8	0,4%	6,3%	67,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	734,9	5,8%	792,0	5,8%	749,9	5,2%	7,8%	-5,3%
Partes relacionadas	-	0,0%	2,2	0,0%	69,5	0,5%	-	-
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	0,5	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	-
Cauções e depósitos vinculados	287,3	2,3%	245,6	1,8%	244,7	1,7%	-14,5%	-0,4%
Despesas pagas antecipadamente	0,9	0,0%	0,5	0,0%	-	0,0%	-47,1%	-100,0%
Outros créditos	32,4	0,3%	39,8	0,3%	46,3	0,3%	23,0%	16,4%
Investimentos	37,3	0,3%	37,1	0,3%	100,7	0,7%	-0,5%	171,5%
Imobilizado	5.303,6	41,5%	5.659,5	41,6%	6.259,5	43,4%	6,7%	10,6%
Intangível	3.026,7	23,7%	3.565,1	26,2%	3.425,0	23,7%	17,8%	-3,9%
Total do Ativo	12.767,7	100,0%	13.616,0	100,0%	14.429,8	100,0%	6,6%	6,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/2010	AV ⁽¹⁾	31/12/2011	AV ⁽¹⁾	31/12/2012	AV ⁽¹⁾	Variação 12/10 - 12/11 (%)	Variação 12/11 - 12/12 (%)
Balancos Patrimoniais (em milhões de reais)								
Passivo								
Circulante	2.525,4	19,8%	2.688,4	19,7%	3.066,1	21,2%	6,5%	14,0%
Fornecedores	629,4	4,9%	703,7	5,2%	1.033,4	7,2%	11,8%	46,8%
Impostos e contribuições sociais	606,9	4,8%	551,1	4,0%	502,6	3,5%	-9,2%	-8,8%
Dividendos	191,1	1,5%	192,6	1,4%	201,5	1,4%	0,8%	4,6%
Debêntures	231,7	1,8%	107,9	0,8%	435,5	3,0%	-53,4%	303,6%
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	375,7	2,9%	471,8	3,5%	365,2	2,5%	25,6%	-22,6%
Benefícios pós-emprego	27,6	0,2%	30,0	0,2%	35,5	0,2%	8,8%	18,2%
Obrigações estimadas com pessoal	50,5	0,4%	59,2	0,4%	67,7	0,5%	17,3%	14,4%
Encargos regulamentares e setoriais	225,4	1,8%	275,4	2,0%	205,1	1,4%	22,2%	-25,5%
Uso do bem público	19,4	0,2%	20,2	0,1%	22,0	0,2%	3,8%	8,8%
Provisões	30,3	0,2%	162,1	1,2%	56,4	0,4%	435,5%	-65,2%
Outras contas a pagar	137,4	1,1%	114,3	0,8%	141,2	1,0%	-16,8%	23,4%
Não circulante	3.787,1	29,7%	4.379,9	32,2%	5.013,5	34,7%	15,7%	14,5%
Fornecedores	0,9	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	-
Impostos e contribuições sociais	137,9	1,1%	136,8	1,0%	111,9	0,8%	-0,8%	-18,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	245,3	1,9%	468,7	3,4%	387,4	2,7%	91,1%	-17,3%
Debêntures	637,6	5,0%	860,6	6,3%	1.052,6	7,3%	35,0%	22,3%
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	2.140,9	16,8%	2.173,2	16,0%	2.427,5	16,8%	1,5%	11,7%
Benefícios pós-emprego	189,2	1,5%	262,4	1,9%	491,3	3,4%	38,7%	87,2%
Encargos regulamentares e setoriais	12,9	0,1%	7,0	0,1%	17,1	0,1%	-45,5%	142,7%
Uso do bem público	215,8	1,7%	231,1	1,7%	242,1	1,7%	7,1%	4,8%
Provisões	153,6	1,2%	182,6	1,3%	182,5	1,3%	18,9%	0,0%
Provisão para passivo a descoberto	12,8	0,1%	1,6	0,0%	1,5	0,0%	-87,6%	-8,3%
Reserva para reversão e amortização	17,2	0,1%	17,2	0,1%	17,2	0,1%	0,0%	0,0%
Outras contas a pagar	23,1	0,2%	38,5	0,3%	82,4	0,6%	67,0%	114,1%
Patrimônio líquido	4.554,5	35,7%	4.605,0	33,8%	4.463,3	30,9%	1,1%	-3,1%
Capital social	3.182,7	24,9%	3.182,7	23,4%	3.182,7	22,1%	0,0%	0,0%
Reservas de capital	95,6	0,7%	95,6	0,7%	144,5	1,0%	0,0%	51,2%
Reservas de lucros	1.311,1	10,3%	1.379,1	10,1%	1.194,4	8,3%	5,2%	-13,4%
Outros resultados abrangentes	(28,3)	-0,2%	(45,8)	-0,3%	(51,7)	-0,4%	62,0%	12,9%
Ações em tesouraria	(6,6)	-0,1%	(6,6)	0,0%	(6,6)	0,0%	0,0%	0,0%
Lucros (Prejuízos) acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Participações não controladores	1.900,6	14,9%	1.942,6	14,3%	1.886,9	13,1%	2,2%	-2,9%
Total do patrimônio líquido e partições não controladores	6.455,1		6.547,6		6.350,2			
Total do passivo e patrimônio líquido	12.767,7	100,0%	13.616,0	100,0%	14.429,8	100,0%	6,6%	6,0%

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012**Ativo****Ativo Circulante:****Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta era de R\$ 572,4 milhões, ou 36,1% inferior a 31 de dezembro de 2011. Esta variação ocorreu devido, principalmente, às atividades de investimento da EDPBR. A conta representava 4,0% do ativo da EDPBR em 31 de dezembro de 2012, em comparação com 6,6% em 31 de dezembro de 2011.

Consumidores e concessionárias

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica era de R\$1.352,3 milhões, 40,4% superior a 31 de dezembro de 2011. Este aumento ocorreu em virtude, a) do aumento no prazo médio de recebimento dos clientes: das distribuidoras (principalmente os da classe residencial) e; b) da entrada em operação de Pecém, que começou a faturar e gerar saldos a receber com clientes. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 9,4% em 31 de dezembro de 2012 e 7,1% em 31 de dezembro de 2011.

Impostos e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2012, impostos e contribuições sociais eram de R\$ 404,8 milhões, 22,0% inferior a 31 de dezembro de 2011. Esta variação ocorreu principalmente devido à diminuição no lucro tributável no período e conseqüente diminuição no imposto de renda e contribuição social. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 2,8% em 31 de dezembro de 2012 e 3,8% em 31 de dezembro de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estoques

Em 31 de dezembro de 2012, os estoques da EDPBR eram de R\$109,6 milhões, 61,0% superior a 31 de dezembro de 2011. Isto ocorreu devido, principalmente, compra de carvão por parte de Pecém para seu processo produtivo de energia. Na composição de ativo, a conta representou 0,8% em 31 de dezembro de 2012 e 0,5% em 31 de dezembro de 2011.

Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de dezembro de 2012, a conta de cauções e depósitos vinculados possuía um saldo de R\$24,9 milhões, 145,9% superior a 31 de dezembro de 2011. Este aumento ocorreu principalmente ao saldo de conta reserva que a controlada Pecém deve destinar como garantia dos empréstimos tomados para a construção do seu empreendimento. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 0,1% em 31 de dezembro de 2011 e 0,2% em 31 de dezembro de 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda:

Os ativos financeiros referem-se à aquisição de 5,63% de ações preferenciais, correspondentes a 3,16% do total de ações da Denerge S.A. ("Denerge"), sociedade de capital fechado detentora de participações em empresas do setor elétrico. No âmbito dessa negociação, a EDPBR tinha a opção de converter essas ações da Denerge em ações preferenciais da Rede Energia S.A. ("Rede Energia") em um período de até 2 (dois) anos, ao preço de eventual oferta pública ou exercer a opção de converter as ações em 1 (um) ano ao preço unitário de R\$5,68 se a oferta pública não ocorrer. Em 15 de setembro de 2011, foi exercida a opção de conversão, resultando na transferência das ações detidas pela EDP - Energias do Brasil sobre a Denerge para as ações da Rede Energia S.A., tendo sido reconhecida um perda de marcação a mercado contra o resultado daquele exercício, o montante de R\$12.808, por contrapartida dos Outros resultados abrangentes. O saldo da conta, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$19,8 milhões, 40,0% inferior a 31 de dezembro de 2011. Esta variação ocorreu principalmente pela variação da marcação a mercado no valor da ação da Rede Energia. Na composição do nosso ativo, a conta representou 0,1% em 31 de dezembro de 2012 e 0,2% em 31 de dezembro de 2011.

Outros créditos

O saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$229,4 milhões, 37,6% superior a 31 de dezembro de 2011. Esta variação ocorreu principalmente pelos bens destinados a alienação da controlada EDP Escelsa. Na composição do nosso ativo, a conta representou 1,6% em 31 de dezembro de 2012 e 1,2% em 31 de dezembro de 2011.

Ativo Não Circulante:

Títulos a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$21,3 milhões, 10,8% inferior a 31 de dezembro de 2011 que era de R\$23,9 milhões. Esta variação se deve a atualização financeira e amortização do contrato de Cessão de Crédito firmado entre a controlada Lajeado Energia e a Caiuá Distribuição de Energia S.A. A conta representou 0,1% em 31 de dezembro de 2012 e 0,2% em 31 de dezembro de 2011.

Ativo financeiro indenizável

Esses ativos financeiros refletem o saldo remanescente dos ativos intangíveis das distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa não amortizáveis após o final do prazo de concessão e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Em 31 de dezembro de 2012, o ativo financeiro era de R\$690,3 milhões, 43,1% superior a 31 de dezembro de 2011 que era de R\$482,3 milhões, uma variação de R\$208,0 milhões. Tal variação se deve às adições do período e a atualização financeira pelo Valor Normativo de Reposição. A conta representou 4,8% em 31 de dezembro de 2012 e 3,5% em 31 de dezembro de 2011.

Consumidores e concessionárias

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta era de R\$40,3 milhões, 36,7% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2011, em virtude dos valores negociados com clientes inadimplentes terem

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

diminuídos no decorrer do ano. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 0,3% em 31 de dezembro de 2012 e 0,5% em 31 de dezembro de 2011.

Impostos e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2012, impostos e contribuições sociais no longo prazo eram de R\$63,8 milhões. Houve variação positiva de 67,0% em relação a 31 de dezembro de 2011, principalmente por conta do aproveitamento dos créditos de ICMS sobre as aquisições de ativos imobilizados no abatimento do ICMS a pagar sobre o fornecimento de energia a consumidores finais na EDP Bandeirante. Na composição de nosso ativo, a conta representou 0,4% em 31 de dezembro de 2012 e 0,3% em 31 de dezembro de 2011.

Imposto de renda e contribuições social diferidos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta era de R\$749,9 milhões, 5,3% inferior a 31 de dezembro de 2011, compostos em sua maioria por IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e as adições relacionadas ao *Hedge accounting* de Pecem, que com a liquidação ocorrida em Set/2012 foi revertida a provisão e consequente imposto diferido, o que explica a variação negativa do período. Na composição de nosso ativo, a conta representou 5,2% em 31 de dezembro de 2012 e 5,8% em 31 de dezembro de 2011.

Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de dezembro de 2012, a conta de cauções e depósitos vinculados possuía um saldo de R\$244,7 milhões, praticamente em linha com o saldo de 31 de dezembro de 2011, que era de R\$245,6 milhões. A variação da conta considera os depósitos judiciais liquidados no período com as respectivas contingências trabalhistas, fiscais e cíveis, além dos saldos remanescentes das garantias que as empresas Enerpeixe, Energest, Santa Fé e Pecém têm depositadas face empréstimos devidos junto ao BNDES e das operações de curto prazo na CCEE. Na composição de nosso ativo, a conta representou 1,7% em 31 de dezembro de 2012 e 1,8% em 31 de dezembro de 2011.

Outros créditos

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$46,3 milhões, variação de 16,4% em relação ao saldo de R\$39,8 milhões de 31 de dezembro de 2011. Esta variação ocorreu devido à: i) Saldo a receber dos clientes de Baixa Renda; ii) Diminuição no montante de Serviços prestados a terceiros. Na composição de nosso ativo, a conta representou 0,3% em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2012, a conta investimentos possuía um saldo de R\$100,7 milhões, saldo 171,5% superior aos R\$37,1 milhões de 31 de dezembro de 2011, cuja variação se deu principalmente pela variação no investimento que a EDPBR possui na EDP Renováveis. A conta de investimentos representou 0,7% de nosso ativo total em 31 de dezembro de 2012 e 0,3% em 31 de dezembro de 2011.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2012, o imobilizado era de R\$6.259,5 mil, 10,6% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2011. Essa variação é decorrente das adições ao imobilizado, principalmente, dos projetos da UTE Pecém I e UHE JARI, compensado em parte pela depreciação dos ativos das distribuidoras. A conta de imobilizado representou 43,4% do ativo da EDPBR total em 31 de dezembro de 2012 e 41,6% em 31 de dezembro de 2011.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2012, o intangível era de R\$3.425,0 mil, 3,9% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2011, composto na sua maioria pelo Direito de Concessão de infraestrutura (em grande parte das distribuidoras), Uso do Bem Público (principalmente nas geradoras), sendo a variação do período decorrente principalmente das amortizações dos ativos relacionados à concessão e ao Uso do Bem Público. A conta de intangível representou 23,7% do ativo da EDPBR total em 31 de dezembro de 2012 e 26,2% em 31 de dezembro de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo

Passivo circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de fornecedores era de R\$ 1.033,4 milhões, ou 46,8% superior a 31 de dezembro de 2011. Essa variação deve-se principalmente pelo aumento no preço da energia adquirida das térmicas que tem um preço maior do que a energia convencional. A conta representava 7,2% do passivo da EDPBR em 31 de dezembro de 2012, e 5,2% em 31 de dezembro de 2011.

Impostos e contribuições sociais

O saldo da conta de impostos e contribuições sociais, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 502,6 milhões, apresentando uma redução de 8,8% em comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2011, em decorrência, basicamente, da redução no IRPJ e CSLL a pagar, pela diminuição do lucro tributável do período. Com relação ao total do passivo, impostos e contribuições sociais representavam, respectivamente 3,4% e 4,0%, em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011.

Dividendos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de dividendos era de R\$201,5 milhões, demonstrando um aumento de 4,6% quando comparado a 31 de dezembro de 2011, basicamente devido a destinação do dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido distribuível. A conta representava 1,4% do passivo total do ativo em 31 de dezembro de 2012 em 31 de dezembro de 2011.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de debêntures era de R\$435,5 milhões demonstrando um aumento de 303,6% quando comparado a 31 de dezembro de 2011, basicamente devido à transferência do passivo não circulante para o passivo circulante de parcela vencível em Junho de 2013 da controlada EDP Escelsa. A conta representava 3,0% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2012 e 0,8% em 31 de dezembro de 2011.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2012 era de R\$365,2 milhões, demonstrando uma redução de 22,6% quando comparado a 31 de dezembro de 2012, principalmente em decorrência das amortizações da dívida das controladas Enerpeixe, Pantanal e Santa Fé. Empréstimos e financiamentos representavam 2,5% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2012 e 3,5% em 31 de dezembro de 2011.

Benefícios pós emprego

O saldo da conta Benefícios pós-emprego, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$35,5 milhões, 18,2% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2011. A variação é explicada pela atualização das premissas constantes do laudo atuarial. A conta representava 0,2% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Obrigações estimadas com pessoal

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2012 era de R\$67,7 milhões, comparado com R\$59,2 milhões em 31 de dezembro de 2011, apresentando uma variação de 14,4%, em decorrência, principalmente das provisões de férias e respectivos encargos sobre além da participação nos lucros e resultados do período. A conta representava 0,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2012 e 0,4% em 31 de dezembro de 2011.

Encargos regulamentares e setoriais

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 205,1 milhões, comparado com R\$275,4 milhões em 31 de dezembro de 2011, demonstrando uma redução de 25,5%, principalmente em decorrência da conta de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, que varia de acordo com a receita líquida das distribuidoras, além da realização dos projetos vinculados e autorizados pela ANEEL, além de menores encargos RGR, CCC e CDE, que diminuíram em relação a 2011. Encargos regulamentares e setoriais representavam 1,4% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2012 e 2,0% em 31 de dezembro de 2011.

Uso do Bem Público

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta era de R\$22,0 milhões, 8,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2011 que era de R\$20,2 milhões, em virtude da atualização financeira do saldo total e da liquidação das parcelas no período. A conta representava 0,2% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2012 e 0,1% em 31 de dezembro de 2011.

Provisões

A conta de provisões engloba as provisões para contingências cíveis, fiscais, trabalhistas além das provisões para licenças ambientais e a contraprestação contingente após a aquisição da UHE JARI. Em 31 de dezembro de 2012, possuía um saldo de R\$56,4 milhões, 65,2% inferior a 31 de dezembro de 2011. Esta variação se deu principalmente pela contraprestação contingente liquidada durante 2012 em virtude do vendedor ter concretizado algumas cláusulas vinculantes do contrato da venda do empreendimento da UHE JARI. Na composição do passivo total da EDPBR, a conta representou 0,4% em 31 de dezembro de 2012 e 1,2% em 31 de dezembro de 2011.

Outras contas a pagar

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2012 era de R\$141,2 milhões, aumento de 23,4% quando comparado a 31 de dezembro de 2011, principalmente em decorrência dos adiantamentos recebidos pela controlada EDP Escelsa, para fins de alienação de bens e direitos. Outras contas a pagar representavam 1,0% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2012 e 0,8% em 31 de dezembro de 2011.

Passivo Não Circulante

Impostos e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2012, a conta apresentava um saldo de R\$111,9 milhões, 18,2% inferior a 31 de dezembro de 2011. Tal variação decorreu da atualização pela Selic e TJLP sobre o parcelamento de impostos federais – Lei 11.941/09 e pela transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores a 12 (doze) meses. Na composição do passivo da EDPBR, a conta representou 0,8% em 31 de dezembro de 2012 e 1,0% em 31 de dezembro de 2011.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2012, a conta de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentava um saldo de R\$387,4 milhões, 17,3% inferior a 31 de dezembro de 2011. Tal variação decorreu, principalmente, da realização do imposto diferido sobre instrumentos financeiros – CPC 38 da controlada Pecem. Na composição do passivo da EDPBR, a conta representou 2,7% em 31 de dezembro de 2012 e de 3,4% em 31 de dezembro de 2011.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de debêntures era de R\$1.052,6 milhões, um aumento de 22,3% quando comparado a 31 de dezembro de 2011, basicamente devido à emissão de debêntures em 28 de agosto de 2012 para a empresa EDPBR, no montante de R\$ 450 milhões, compensada pela transferência para o passivo circulante e conseqüente pagamento de debêntures das distribuidoras. A conta representava 7,3% do passivo da EDPBR total em 31 de dezembro de 2012 e 6,3% em 31 de dezembro de 2011.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2012 era de R\$2.427,5 milhões, um aumento de 11,7% se comparado com 31 de dezembro de 2011, principalmente em decorrência das captações ocorridas nas controladas EDP Escelsa, EDP Bandeirante e ECE Participações, para fazer frente aos investimentos na melhoria da rede da distribuição e no empreendimento UHE Jari. Representavam 16,8% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2012 e 16,0% em 31 de dezembro de 2011.

Benefícios pós-emprego

O saldo da conta benefícios pós-emprego, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$491,3 milhões, aumento de 87,2% em relação a 31 de dezembro de 2011, em decorrência de atualização das premissas constantes do laudo atuarial e transferências para o passivo circulante das parcelas inferiores a 1 (um) ano. A conta representava 3,4% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2012 e 1,9% em 31 de dezembro de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Encargos regulamentares e setoriais

O saldo da conta de encargos regulamentares e setoriais representava 0,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, cujos montantes eram respectivamente de R\$17,1 milhões e R\$7,0 milhões. A variação da conta se dá basicamente pelos montantes de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, que tem prazo de realização superior a 12 meses.

Uso do Bem Público

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta era de R\$242,1 milhões, 4,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2011, que era de R\$231,1 milhões, basicamente em virtude da atualização financeira (pelo IGPM) do saldo total e da transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores há um ano. A conta representava 1,7% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011.

Provisões

A conta de provisões, em 31 de dezembro de 2012, possuía um saldo no passivo não circulante de R\$182,5 milhões, praticamente em linha com o saldo de 31 de dezembro de 2011, que era de R\$182,6 milhões. Na composição do passivo total da EDPBR, a conta representou 1,3% em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011.

Provisão para passivo a descoberto

Trata-se de provisão constituída em decorrência da dissolução de sociedade do projeto Terra Verde, que possuía um saldo em 31 de dezembro de 2012 de R\$1,5 milhões, praticamente em linha com o saldo de R\$1,6 milhões em 31 de dezembro de 2011.

Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados de reserva constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal no. 41.019/57), aplicado por nós na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente. O saldo da conta representou 0,1% em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011.

Outras contas a pagar

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2012 era de R\$82,4 milhões, aumento de 114,1% comparado a 31 de dezembro de 2011, principalmente em decorrência do contrato de mútuo entre a controlada Pecem e terceiros (MPX). A conta representava 0,6% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2012 e 0,3% em 31 de dezembro de 2011.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido era R\$4.463,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, uma redução de 3,1% em relação a 31 de dezembro de 2011, em razão: i) diminuição na Reserva de Lucros, em virtude da transferência de Outros Resultados Abrangentes e; ii) ajustes de avaliação patrimonial, que consistem em: a) ganhos e perdas atuariais – Benefício pós emprego (R\$237,4 milhões negativos em 2012 contra R\$80,3 milhões negativos em 2011); b) Ativos financeiros disponíveis para venda (R\$2,7 milhões em 2012 contra R\$5,0 milhões em 2011), c) Hedge de fluxo de caixa (R\$6,3 milhões negativos em 2012 contra R\$31,6 milhões negativos em 2011) e; d) Impostos diferidos sobre esses ajustes – R\$83,8 milhões em 2012 contra R\$36,3 milhões em 2011.

A conta representava 30,9% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2012 e 33,8% em 31 de dezembro de 2011.

Calculamos nosso patrimônio líquido sem considerar a participação dos não controladores. Considerando a participação dos não controladores, nosso patrimônio líquido seria de R\$6.350,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 contra R\$6.547,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, o que corresponderia a 44,0% e 48,1% do passivo total da EDPBR, respectivamente.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, e/ou não representavam uma participação substancial na composição do passivo da EDPBR e/ou ativo totais naquelas datas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011

Ativo

Ativo Circulante:

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R\$ 895,9 milhões, ou 20,5% inferior a 31 de dezembro de 2010. Esta variação ocorreu devido, principalmente, às atividades operacionais da EDPBR. A conta representava 6,6% do ativo da EDPBR em 31 de dezembro de 2011, em comparação com 8,8% em 31 de dezembro de 2010.

Consumidores e concessionárias

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica era de R\$963,2 milhões, 8,4% superior a 31 de dezembro de 2010. Este aumento ocorreu em virtude, principalmente, do aumento no prazo médio de recebimento dos clientes: i) das distribuidoras (principalmente os da classe residencial) e; b) EDP Comercializadora (por questões contratuais e de mercado, sem impacto na inadimplência). Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 7,1% em 31 de dezembro de 2011 e 7,0% em 31 de dezembro de 2010.

Impostos e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2011, impostos e contribuições sociais eram de R\$ 519,2 milhões, 3,9% inferior a 31 de dezembro de 2010. Esta variação ocorreu principalmente devido à diminuição no lucro tributável no período e conseqüente diminuição no imposto de renda e contribuição social e COSIT 27, que consiste nos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 3,8% em 31 de dezembro de 2011 e 4,2% em 31 de dezembro de 2010.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2011, os estoques da EDPBR eram de R\$68,1 milhões, 138,2% superior a 31 de dezembro de 2010. Isto ocorreu devido, à recomposição de materiais das distribuidoras e, principalmente a compra de carvão da controlada Pecem. Na composição de ativo, a conta representou 0,5% em 31 de dezembro de 2011 e 0,2% em 31 de dezembro de 2010.

Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de dezembro de 2011, a conta de cauções e depósitos vinculados possuía um saldo de R\$10,1 milhões, 33,9% inferior a 31 de dezembro de 2010. Esta diminuição ocorreu devido à utilização dos depósitos judiciais relacionados em contrapartida às contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 0,1% em 31 de dezembro de 2011 e 0,1% em 31 de dezembro de 2010.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros referem-se à aquisição de 5,63% de ações preferenciais, correspondentes a 3,16% do total de ações da Denerge S.A. ("Denerge"), sociedade de capital fechado detentora de participações em empresas do setor elétrico. No âmbito dessa negociação, a EDPBR tinha a opção de converter essas ações da Denerge em ações preferenciais da Rede Energia S.A. ("Rede Energia") em um período de até 2 (dois) anos, ao preço de eventual oferta pública ou exercer a opção de converter as ações em 1 (um) ano ao preço unitário de R\$5,68 se a oferta pública não ocorrer. Em 15 de setembro de 2011, foi exercida a opção de conversão, resultando na transferência das ações detidas pela EDP - Energias do Brasil sobre a Denerge para as ações da Rede Energia S.A., tendo sido reconhecida um perda de marcação a mercado contra o resultado daquele exercício, o montante de R\$12.808, por contrapartida dos Outros resultados abrangentes. O saldo da conta, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$33,0 milhões, 19,1% inferior a 31 de dezembro de 2010. Esta variação ocorreu principalmente pela variação da marcação a mercado no valor da ação da Rede Energia. Na composição do nosso ativo, a conta representou 0,2% em 31 de dezembro de 2011 e 0,3% em 31 de dezembro de 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros créditos

O saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$166,7 milhões, 3,2% inferior a 31 de dezembro de 2010. Esta variação ocorreu principalmente por: i) diminuição pelo recebimento do subsídio dado a classe Baixa Renda que diminuiu de R\$43,8 milhões em 2010 para apenas R\$420 mil em 2011; ii) aumento no montante de serviços em curso que aumentou de R\$79,3 milhões em 2010 para R\$128,0 milhões em 2011; e iii) desativações e alienações em curso, que somavam R\$19,6 milhões em 2010 e diminuíram para R\$5,3 milhões em 2011, das distribuidoras. Na composição do nosso ativo, a conta representou 1,2% em 31 de dezembro de 2011 e 1,3% em 31 de dezembro de 2010.

Ativo Não Circulante:

Títulos a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$23,9 milhões, 4,4% inferior a 31 de dezembro de 2010 que era de R\$25,0 milhões. Esta variação se deve a atualização financeira e amortização do contrato de Cessão de Crédito firmado entre a controlada Lajeado Energia e a Caiuá Distribuição de Energia S.A. A conta representou 0,2% em 31 de dezembro de 2011 e 0,2% em 31 de dezembro de 2010.

Ativo financeiro indenizável

Esses ativos financeiros refletem o saldo remanescente dos ativos intangíveis das distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa além da transmissora Evrecy Participações Ltda. ("Evrecy"), não amortizáveis após o final do prazo de concessão e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Em 31 de dezembro de 2011, o ativo financeiro era de R\$482,3 milhões, 21,4% superior a 31 de dezembro de 2010 que era de R\$397,3 milhões, uma variação de R\$85,0 milhões. Tal variação se deve às adições do período. A conta representou 3,5% em 31 de dezembro de 2011 e 3,1% em 31 de dezembro de 2010.

Consumidores e concessionárias

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R\$63,7 milhões, praticamente em linha com o saldo de 31 de dezembro de 2010. Na composição do ativo da EDPBR, a conta representou 0,5% em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Impostos e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2011, impostos e contribuições sociais no longo prazo eram de R\$38,2 milhões. Houve variação positiva de 6,3% em relação a 31 de dezembro de 2010, principalmente por conta do aproveitamento dos créditos de ICMS sobre as aquisições de ativos imobilizados no abatimento do ICMS a pagar sobre o fornecimento de energia a consumidores finais na EDP Bandeirante. Na composição de nosso ativo, a conta representou 0,3% em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Imposto de renda e contribuições social diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R\$792,0 milhões, 7,8% superior a 31 de dezembro de 2010, compostos em sua maioria por IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e demais adições temporárias, sendo que as principais variações dessa conta estão relacionadas com o alargamento da base de cálculo de amortização/depreciação (mais valia) e benefícios a empregados por conta da implementação dos CPC 15 e CPC 33, respectivamente. Na composição de nosso ativo, a conta representou 5,8% em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de dezembro de 2011, a conta de cauções e depósitos vinculados possuía um saldo de R\$245,6 milhões, 14,5% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2010. Esta variação ocorreu devido aos depósitos vinculados a processos judiciais liquidados no período, além dos saldos remanescentes das garantias que as empresas Enerpeixe, Energest, Santa Fé e Pecem têm depositadas face empréstimos devidos junto ao BNDES e das operações de curto prazo na CCEE. Na composição de nosso ativo, a conta representou 1,8% em 31 de dezembro de 2011 e 2,3% em 31 de dezembro de 2010.

Outros créditos

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$39,8 milhões, variação de 23,0% em relação ao saldo de R\$32,4 milhões de 31 de dezembro de 2010. Esta variação ocorreu devido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

à: i) Saldo a receber dos clientes de Baixa Renda (aumento de R\$ 18,4 milhões em 2011); ii) Diminuição no montante de Serviços prestados a terceiros (de R\$11,1 milhões em 2010 para R\$7,0 milhões em 2011). Na composição de nosso ativo, a conta representou 0,3% em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Investimentos

Em 31 de dezembro de 2011, a conta investimentos possuía um saldo de R\$37,1 milhões, praticamente em linha com o saldo de R\$37,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, cuja variação se deu principalmente pela variação no investimento que a EDPBR possui na EDP Renováveis. A conta de investimentos representou 0,3% de nosso ativo total em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2011, o imobilizado era de R\$5.659,5 mil, 6,7% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2010. Essa variação é decorrente das adições ao imobilizado em curso nos períodos referentes, principalmente, a UTE Pecém I e UHE JARI, compensado em parte pela depreciação dos ativos das distribuidoras. A conta de imobilizado representou 41,6% do ativo da EDPBR total em 31 de dezembro de 2011 e 41,5% em 31 de dezembro de 2010.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2011, o intangível era de R\$3.565,1 mil, 17,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2010, composto na sua maioria pelo Direito de Concessão de infraestrutura (em grande parte das distribuidoras), Uso do Bem Público (principalmente nas geradoras), sendo a variação do período decorrente das adições (no caso da distribuição) compensadas em parte pela amortização dos ativos relacionados à concessão e ao Uso do Bem Público. A conta de intangível representou 26,2% do ativo da EDPBR total em 31 de dezembro de 2011 e 23,7% em 31 de dezembro de 2010.

Passivo

Passivo circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de fornecedores era de R\$ 703,7 milhões, ou 11,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2010. Essa variação deve-se principalmente pelo aumento no prazo médio de pagamento junto aos fornecedores de energia. A conta representava 5,2% do passivo da EDPBR em 31 de dezembro de 2011, e 4,9% em 31 de dezembro de 2010.

Impostos e contribuições sociais

O saldo da conta de impostos e contribuições sociais, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 551,1 milhões, apresentando uma redução de 9,2% em comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2010, em decorrência, basicamente, da redução no IRPJ e CSLL a pagar, pela diminuição do lucro tributável do período. Com relação ao total do passivo, impostos e contribuições sociais representavam, respectivamente 4,0% e 4,8%, em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Dividendos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de dividendos era de R\$192,6 milhões, demonstrando um aumento de 0,8% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, basicamente devido a destinação do dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido distribuível. A conta representava 1,4% do passivo total do ativo em 31 de dezembro de 2011 e 1,5% em 31 de dezembro de 2010.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de debêntures era de R\$107,9 milhões demonstrando uma redução de 53,4% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, basicamente devido à amortização de parcela vencida no decorrer do ano. A conta representava 0,8% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 1,8% em 31 de dezembro de 2010.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$471,8 milhões, demonstrando um aumento de 25,6% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, principalmente em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

decorrência da captação de novos empréstimos para fazer frente à aquisição da UHE JARI e início de suas obras e as novas captações para a continuidade e encerramento da UTE Pecem I. Empréstimos e financiamentos representavam 3,5% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 2,9% em 31 de dezembro de 2010.

Benefícios pós emprego

O saldo da conta Benefícios pós-emprego, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$30,0 milhões, 8,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2010. A variação é explicada pela atualização das premissas constantes do laudo atuarial. A conta representava 0,2% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Obrigações estimadas com pessoal

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$59,2 milhões, comparado com R\$50,5 milhões em 31 de dezembro de 2010, apresentando uma variação de 17,3%, em decorrência, principalmente das provisões de férias e respectivos encargos além da participação nos lucros e resultados do período. A conta representava 0,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Encargos regulamentares e setoriais

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 275,4 milhões, comparado com R\$225,4 milhões em 31 de dezembro de 2010, demonstrando um aumento de 22,2%, principalmente em decorrência da conta de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, que varia de acordo com a receita líquida das distribuidoras e geradoras e pelos encargos RGR e CCC que aumentaram em relação a 2010. Encargos regulamentares e setoriais representavam 2,0% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 1,8% em 31 de dezembro de 2010.

Uso do Bem Público

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R\$20,2 milhões, 3,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2010 que era de R\$19,4 milhões, em virtude da atualização financeira do saldo total e da liquidação das parcelas no período. A conta representava 0,1% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 0,2% em 31 de dezembro de 2010.

Provisões

A conta de provisões engloba as provisões para contingências cíveis, fiscais, trabalhistas além das provisões para licenças ambientais e a contraprestação contingente após a aquisição da UHE JARI. Em 31 de dezembro de 2011, possuía um saldo de R\$162,1 milhões, 435,5% superior a 31 de dezembro de 2010. Esta variação se deu principalmente pela contraprestação contingente que estabelece algumas condições do vendedor do empreendimento UHE JARI. À medida que tais condições forem sendo atendidas, a EDPBR efetuará tais pagamentos que já estão provisionados. Na composição do passivo total da EDPBR, a conta representou 1,2% em 31 de dezembro de 2011 e 0,2% em 31 de dezembro de 2010.

Outras contas a pagar

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$114,3 milhões, redução de 16,8% comparada a 31 de dezembro de 2010, principalmente em decorrência do COSIT 27, que consiste nos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições e Tarifa Social de energia elétrica, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa. Outras contas a pagar representavam 0,8% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 1,1% em 31 de dezembro de 2010.

Passivo Não Circulante

Impostos e contribuições sociais

Em 31 de dezembro de 2011, a conta apresentava um saldo de R\$136,8 milhões, 0,8% inferior a 31 de dezembro de 2010. Tal variação decorreu da atualização pela Selic e TJLP sobre o parcelamento de impostos federais – Lei 11.941/09 e pela transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores a 12 (doze) meses. Na composição do passivo da EDPBR, a conta representou 1,0% em 31 de dezembro de 2011 e 1,1% em 31 de dezembro de 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, a conta de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentava um saldo de R\$468,7 milhões, 91,1% superior a 31 de dezembro de 2010. Tal variação decorreu, principalmente, do imposto de renda e contribuição social diferido sobre a mais-valia da aquisição da UHE JARI. Na composição do passivo da EDPBR, a conta representou 3,4% em 31 de dezembro de 2011 e de 1,9% em 31 de dezembro de 2010.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de debêntures era de R\$860,6 milhões, um aumento de 35,0% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, basicamente devido à primeira emissão de debêntures em 03 de novembro de 2011 para a empresa CEJA, no montante de R\$ 300 milhões, compensada pela transferência para o passivo circulante e conseqüente pagamento de debêntures das distribuidoras. A conta representava 6,3% do passivo da EDPBR total em 31 de dezembro de 2011 e 5,0% em 31 de dezembro de 2010.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.173,2 milhões, um aumento de 1,5% se comparado com 31 de dezembro de 2010, principalmente em decorrência da apropriação de encargos e pelas transferências para o passivo circulante e consequente pagamento. Representavam 16,0% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 16,8% em 31 de dezembro de 2010.

Benefícios pós-emprego

O saldo da conta benefícios pós-emprego, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$262,4 milhões, aumento de 38,7% em relação a 31 de dezembro de 2010, em decorrência de atualização das premissas constantes do laudo atuarial e transferências para o passivo circulante das parcelas inferiores a 1 (um) ano. A conta representava 1,9% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 1,5% em 31 de dezembro de 2010.

Encargos regulamentares e setoriais

O saldo da conta de encargos regulamentares e setoriais representava 0,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, cujos montantes eram respectivamente de R\$7,0 milhões e R\$12,9 milhões. A variação da conta se dá basicamente pela transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores há 1 (um) ano.

Uso do Bem Público

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta era de R\$231,1 milhões, 7,1% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2010, que era de R\$215,8 milhões, basicamente em virtude da atualização financeira (pelo IGPM) do saldo total e da transferência para o passivo circulante das parcelas inferiores há um ano. A conta representava 1,7% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

Provisões

A conta de provisões, em 31 de dezembro de 2011, possuía um saldo no passivo não circulante de R\$182,6 milhões, 18,9% superior a 31 de dezembro de 2010. Este aumento se deu em grande parte devido às novas ações trabalhistas, cíveis e fiscais e novas licenças ambientais. Na composição do passivo total da EDPBR, a conta representou 1,3% em 31 de dezembro de 2011 e 1,2% em 31 de dezembro de 2010.

Provisão para passivo a descoberto

Trata-se de provisão constituída em decorrência da dissolução de sociedade do projeto Terra Verde, que possuía um saldo em 31 de dezembro de 2011 de R\$1,6 milhões, 87,6% inferior ao saldo de R\$12,8 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados de reserva constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal no. 41.019/57), aplicado por nós na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente. O saldo da conta representou 0,1% em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras contas a pagar

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2011 era de R\$38,5 milhões, aumento de 67,0% comparado a 31 de dezembro de 2010, principalmente em decorrência da modicidade tarifária – baixa renda, que consiste em valores a devolver aos consumidores de baixa renda por faturamento efetuado a maior até meados de 2008, e que passaram a ser devolvidos a partir de março de 2009. A conta representava 0,3% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 0,2% em 31 de dezembro de 2010.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido era R\$4.605,0 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 1,1% em relação a 31 de dezembro de 2010, em razão das variações em Outros Resultados Abrangentes. A conta representava 33,8% do passivo total da EDPBR em 31 de dezembro de 2011 e 35,7% em 31 de dezembro de 2010.

Calculamos nosso patrimônio líquido sem considerar a participação dos não controladores. Considerando a participação dos não controladores, nosso patrimônio líquido seria de R\$6.547,6 milhões em 31 de dezembro de 2011 contra R\$6.455,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, o que corresponderia a 48,1% e 50,4% do passivo total da EDPBR, respectivamente.

Demais contas patrimoniais

As contas patrimoniais não discutidas acima não apresentaram variações significativas na comparação entre os saldos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, e/ou não representavam uma participação substancial na composição do passivo da EDPBR e/ou ativo totais naquelas datas.

Fluxo de caixa

A tabela a seguir apresenta o nosso fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento para os períodos indicados:

	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	Varição 12/10 - 12/11	Varição 12/11 - 12/12
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	1.475.928	1.479.848	925.714	3.920	-554.134
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(911.324,0)	(1.053.412,0)	(820.108,0)	-142.088	233.304
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(540.177,0)	(657.017,0)	(429.096,0)	-116.840	227.921
Disponibilidades no início do exercício	1.102.022,0	1.126.449,0	895.868,0	24.427	-230.581
Disponibilidades no final do exercício	1.126.449,0	895.868,0	572.378,0	-230.581	-323.490
Aumento (redução) nas disponibilidades	24.427,0	(230.581,0)	(323.490,0)		
Aumento (redução) nas disponibilidades (%)	2,22%	-20,47%	-36,11%		

Comparação do Fluxo de Caixa nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou uma redução de R\$554,1 milhões, entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Tal variação é explicada principalmente pelo desembolso a maior para compra de energia, principalmente das distribuidoras EDP Escelsa e EDP Bandeirante Energia, em virtude do maior despacho das térmicas que possuem custos superiores a energia proveniente das demais fontes convencionais de energia.

O fluxo de caixa das atividades de investimento, por sua vez, apresentou uma variação positiva de R\$233,3 milhões entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, explicado pelos menores investimentos em imobilizado feitos durante o ano de 2012 devido, principalmente, a fase final das obras da UTE Pecem. Além disso, durante o ano de 2012 a venda do controle da controlada Evrecy contribuiu positivamente também para essa melhora em relação ao ano de 2011.

Adicionalmente, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$227,9 milhões entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011. Para fazer frente a redução das atividades operacionais, e manter um nível adequado tanto de investimentos como também na manutenção dos dividendos aos acionistas, a EDPBR em 2012 fez captações superiores às amortizações, no montante de R\$281,8 milhões, enquanto em 2011 as amortizações foram superiores às captações em R\$151,0 milhões. Além disso, o montante de dividendos foi superior ao ano de 2011 em R\$39 milhões, houve adiantamentos para futuro aumento de capital da controlada Pecem, efetuado por terceiros (MPX) e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pagamento da contraprestação contingente para aquisição da UHE Jari, no montante de R\$96,0 milhões.

Comparação do Fluxo de Caixa nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010

O fluxo de caixa das atividades operacionais manteve-se praticamente em 2011 quando comparado com o ano de 2010, tendo sido de R\$1.479,8 milhões em 2011 e R\$1.475,9 milhões em 2010.

O fluxo de caixa das atividades de investimento, por sua vez, apresentou uma variação negativa de R\$142,0 milhões entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, explicada, principalmente pela aquisição do empreendimento UHE Jari e respectivo início das obras, além dos investimentos para o empreendimento UTE Porto do Pecem.

Adicionalmente, o fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$116,8 milhões, ou 34,7%, entre os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010. Além das captações e liquidações dos empréstimos e financiamentos recorrentes, o principais evento ocorrido nesse período foi o aumento nos dividendos pagos aos controladores da Holding e minoritários, no montante de R\$127,6 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

a. Resultados das operações da Companhia

Os três principais segmentos de atuação da EDPBR são: distribuição, geração e comercialização. Nossos segmentos realizam compras e vendas de energia elétrica entre eles. Os segmentos de geração e comercialização vendem energia para nossas distribuidoras. Com o intuito de evitar a duplicidade das receitas e despesas, em nossas demonstrações consolidadas os resultados das operações inter-segmento são eliminados. Porém, a análise individual dos segmentos não seria a mais adequada caso desconsideremos estas operações. Como consequência, as vendas e despesas entre os segmentos não foram eliminados na discussão dos resultados apresentados abaixo.

A distribuição reflete principalmente as vendas a consumidores cativos e cobrança pelo uso do sistema de distribuição (TUSD) junto a consumidores livres, cuja tarifa é definida pela Aneel, sendo que a quantidade vendida varia em função de fatores em que a EDPBR não tem gerenciamento, tais como temperatura, massa salarial e atividade econômica da área de concessão de nossas distribuidoras, além da própria atividade econômica do País.

O segmento de distribuição representou em 2012 67,9% da receita líquida consolidada da EDPBR, com um montante de R\$4.461,8 milhões, crescimento de 5,4% sobre o ano de 2011, quando alcançou o montante de R\$4.232,5 milhões e representava 74,2% da receita líquida consolidada da EDPBR (já considerados os efeitos do reconhecimento da receita de construção). Em relação ao ano de 2010, a distribuição teve receita líquida de R\$3.762,7 milhões, o que representava 74,7% da receita líquida consolidada da EDPBR.

Em relação ao EBITDA ajustado a distribuição teve R\$564,7 milhões em 2012 (43,0% do EBITDA ajustado consolidado da EDPBR) o que representou uma redução de 25,2% sobre o ano de 2011, quando atingiu o montante de R\$754,9 milhões (49,1% do EBITDA ajustado consolidado da EDPBR). Em 2010, o EBITDA ajustado foi de R\$834,9 milhões, o que representava 55,3% do EBITDA ajustado consolidado da EDPBR.

A contribuição da distribuição para o lucro líquido consolidado da EDPBR foi a seguinte: 69,6% em 2012 (R\$237,9 milhões); 66,6% em 2011 (R\$326,9 milhões), e 78,4% em 2010 (R\$456,8 milhões).

Nosso segmento de geração consiste na operação de 19 usinas (dentre UHE e PCHs), inclusive com atuação no segmento de energias renováveis. É um segmento que requer elevados investimentos em ativos imobilizados e financiamentos relevantes para viabilizar as respectivas construções, sendo que em alguns empreendimentos é necessário que atuemos em parceria com sócios estratégicos. Isso explica porque as receitas e margens não são refletidas no lucro líquido consolidado. Uma parte dessas receitas e margens é distribuída aos acionistas não controladores.

A receita líquida da geração foi a seguinte: R\$1.003,8 milhões em 2010, R\$1.096,4 milhões em 2011 e R\$1.364,2 milhões em 2012, o que representou um aumento de 9,2% de 2010 para 2011 e 24,4% de 2011 para 2012. Da receita líquida consolidada da EDPBR, o segmento de geração representou: 18,6% em 2010, 19,2% em 2011 e 20,8% em 2012.

O EBITDA ajustado da geração foi o seguinte: R\$719,7 milhões em 2010, R\$801,3 milhões em 2011, aumento de 11,3%. Já em 2012, o EBITDA ajustado foi de R\$754,5 milhões, redução de 5,8% em relação a 2011. Do EBITDA ajustado da EDPBR a geração representou: 47,7% em 2010, 52,1% em 2011 e 57,4% em 2012.

O lucro líquido da geração apresentou os seguintes montantes: R\$314,7 milhões em 2010, R\$429,7 milhões em 2011 e R\$362,2 milhões em 2012, sem considerar os efeitos da participação dos acionistas não controladores.

O segmento de comercialização, representado pela EDP Comercialização, vende energia e serviços de valor agregado para consumidores livres, concessionárias e permissionárias. A receita líquida da comercialização foi a seguinte: R\$741,4 milhões em 2010, R\$921,7 milhões em 2011, aumento de 24,3%. Em 2012, a receita líquida de R\$1.354,6 milhões, representou crescimento de 47,0% em relação a 2011. Da receita líquida consolidada da EDPBR o segmento de comercialização representou: 14,7% em 2010, 16,2% em 2011 e 20,6% em 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O EBITDA ajustado da comercialização foi o seguinte: R\$24,6 milhões em 2010, R\$32,7 milhões em 2011, aumento de 32,8%. Em 2012, o EBITDA ajustado foi de R\$53,7 milhões, crescimento de 64,2% em relação a 2011. Do EBITDA ajustado da EDPBR o segmento de comercialização representou: 1,6% em 2010, 2,1% em 2011 e 4,1% em 2012.

O lucro líquido da comercialização apresentou os seguintes montantes: em 2010, R\$16,7 milhões e em 2011, R\$23,7 milhões, aumento de 41,6%. Em 2012, o lucro líquido foi de R\$38,5 milhões, aumento de 62,5% em relação a 2011. Do lucro líquido consolidado da EDPBR, a comercialização representou: 2,9% em 2010, 2,8% em 2011 e 11,3% em 2012.

Com base nos segmentos acima apresentados, o resultado operacional da EDPBR apresentou os seguintes montantes: (i) receita operacional líquida de R\$5.397,9 milhões em 2010, R\$5.705,4 milhões em 2011, crescimento de 13,3%. Em 2012, a receita operacional líquida foi de R\$6.567,3 milhões, crescimento de 15,1% sobre 2011; (ii) EBITDA ajustado de R\$1.508,8 milhões em 2010, R\$1.537,6 milhões em 2011, aumento de 1,9%. Em 2012, o EBITDA ajustado foi de R\$1.313,5 milhões, redução de 14,6%; (iii) lucro líquido de R\$582,6 em 2010, R\$490,7 milhões em 2011, diminuição de 15,8%. Tal redução se deu, principalmente, pelos processos judiciais relacionados a White Martins que tiveram impacto no lucro líquido de R\$50,8 milhões, aliado as variações em resultados financeiros já detalhados no tópico específico de resultado financeiro líquido. Em 2012, o lucro líquido foi de R\$341,6 milhões, redução de 30,4% em relação a 2011. Dentre os motivos que explicam a redução no lucro, podemos destacar maiores gastos de compra de energia das controladas Bandeirante e Escelsa, que serão reembolsados via tarifa, quando do momento de suas respectivas revisões/ reajustes tarifários, o atraso na entrada em operação de Pecém I e a consequente compra de energia para honrar com os contratos por ela assumidos.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nossos Diretores entendem que o resultado das nossas operações é direta e significativamente impactado pela mudança nas tarifas de energia elétrica reguladas pela ANEEL, sendo que as nossas receitas operacionais e margens (essencialmente no caso das nossas controladas distribuidoras) dependem do processo de revisão tarifária. Buscamos manter um bom relacionamento com o órgão regulador e com os demais participantes do mercado, para que o processo de revisão tarifária reflita de forma transparente e adequada os interesses dos consumidores e acionistas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Todas as nossas operações encontram-se no território nacional. Dessa maneira, o desempenho geral da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica e a inflação afeta nossos custos e margens. A inflação afeta os negócios basicamente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras.

Já a depreciação do real eleva os custos de aquisição de energia elétrica da hidrelétrica de Itaipu, além de reduzir em dólar (ou euro) o montante de dividendos a ser distribuído aos acionistas ou mesmo o equivalente em dólares (ou euros) ao preço de mercado de nossas ações ordinárias. Nossos Diretores acreditam que possuímos uma política adequada de proteção contra flutuações na taxa de câmbio.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados: a. introdução ou alienação de segmento operacional; b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária; c. eventos ou operações não usuais.

Nossos Diretores entendem que os eventos listados no item 10.3(b) abaixo são decorrentes do cumprimento das nossas estratégias de (i) buscarmos crescimento sustentado em ativos de geração, notadamente nos casos da aquisição da CENAEEL e Elebrás; (ii) focarmos em atividades do nosso segmento de negócio e para as quais tem competências, notadamente no caso da alienação da nossa participação na ESC90; e (iii) maximizarmos a rentabilidade dos nossos acionistas, como no caso do aproveitamento de benefícios fiscais e redução de custos decorrente das reorganizações societárias descritas a seguir.

(em milhares de reais, exceto quando indicado).

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Alienação da controlada Evrecy Participações Ltda.

Em 28 de maio de 2012, a Companhia celebrou o instrumento particular de alienação da totalidade das quotas da Evrecy, de sua titularidade, que representam 100% do capital social da Evrecy, à Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, pelo valor total de R\$58.000, a serem pagos em moeda corrente nacional.

Em 11 de dezembro de 2012 foi aprovada pela ANEEL, a efetivação da operação de venda de 100% das quotas da Evrecy de titularidade da Companhia para à CTEEP.

Em 21 de dezembro de 2012 a alienação do investimento da Evrecy para a CTEEP foi concluída pelo valor total de R\$63.100, gerando um ganho para a Companhia de R\$31.477 registrado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas - Outras, vide nota de Gastos Operacionais.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Assunção das Operações da MABE

Em 8 de julho de 2012, a Companhia e a sua parceira, a MPX Energia S.A. (MPX), celebraram contrato de compra e venda com o objetivo de adquirir pelo valor simbólico de R\$ 1,00, a totalidade das ações da MABE Brasil Ltda. (MABE), em iguais proporções, empresa que pertencia ao consórcio formado pela Maire Tecnimont Group (Tecnimont) e pelo Grupo Efacec (Efacec). A aquisição está sujeita a um conjunto de condições precedentes, de entre as quais se destaca a aprovação do CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, após as quais, a Companhia e a MPX poderão assumir em conjunto a gestão das obras das Usinas Termelétricas Energia Pecém, Itaquí e Pecém II, evitando interrupções nos trabalhos em curso e garantir a conclusão das usinas.

A Companhia e a MPX acordaram que Pecém II e Itaquí, empreendimentos controlados integralmente pela MPX, serão administrados exclusivamente pela MPX, obrigando-se esta última a manter a Companhia indene de quaisquer ônus, perdas, contingências, despesas, desembolsos ou custos, assim como se responsabilizando por perdas e danos diretamente relacionados a esses empreendimentos.

A operação estruturada resultou no compromisso de aporte financeiro na MABE do montante de R\$ 421.000, por parte da Tecnimont e da Efacec. Adicionalmente, a Tecnimont e a Efacec continuam a garantir o desempenho das usinas, por meio de aporte de garantias bancárias relativas à performance técnica das unidades (não envolvem indenização por atraso) no montante de R\$411.000. Cabe ainda ressaltar que a Tecnimont e a Efacec aportaram garantias bancárias adicionais no valor total de R\$166.000 para cobrir eventuais contingências.

Além dos montantes mencionados acima, a Tecnimont e a Efacec renunciaram aos montantes atualmente retidos pelas usinas a título de garantia de execução, no valor total de R\$185.000, sendo R\$100.000 referentes à Pecém.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Até 31 de dezembro de 2012, as condições mencionadas acima não foram completamente cumpridas e portanto a Companhia e a MPX não assumiram a gestão das operações da MABE.

Devolução da controlada indireta Couto Magalhães

A ANEEL, por meio do Despacho nº 2.395/12, resolveu: (i) determinar o encaminhamento ao Ministério das Minas e Energia – MME do requerimento formulado pelas concessionárias Enercouth e Rede Couto Magalhães Energia, integrantes do Consórcio Ener-Rede Couto Magalhães, de extinção da concessão da UHE Couto Magalhães, objeto do Decreto s/nº, de 2 de abril de 2002 e do Contrato de Concessão nº 21/02-ANEEL, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento, por ocorrência de Fato do Príncipe caracterizador de condição objetiva que inviabiliza a exploração do potencial hidráulico, sem qualquer ressarcimento às Concessionárias; (ii) determinar o encaminhamento à Secretaria do Tesouro Nacional – STN do requerimento formulado pela Enercouth S.A. e pela Rede Couto Magalhães Energia, da extinção da cobrança dos pagamentos pelo Uso de Bem Público – UBP, exigíveis a partir de 15 de julho de 2012, nos termos do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 21/02-ANEEL, com pronunciamento favorável ao seu acolhimento ou, ao menos, à suspensão da cobrança até que seja proferida a decisão definitiva pelo MME, e (iii) determinar que as garantias apresentadas pelas concessionárias sejam devolvidas, no caso de pronunciamento favorável do MME e da STN quanto ao itens (i) e (ii) acima.

As Companhias envolvidas no Consórcio Ener-Rede Couto Magalhães estão analisando a possibilidade de reembolso do investimento já efetuado, motivo pelo qual ainda se mantêm os ativos registrados. O montante registrado em 31 de dezembro de 2012 na Enercouth é de R\$3.307, sendo R\$3.211 referente ao imobilizado e R\$96 ao intangível.

O requerimento formulado pelas concessionárias Enercouth e Rede Couto Magalhães está em análise pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

Concessão da Central Hídrica de Cachoeira Caldeirão

Em 14 de dezembro de 2012 a Companhia, no leilão A-5 realizado pela ANEEL, obteve a concessão da Central Hídrica de Cachoeira Caldeirão que será construída no Estado do Amapá, no rio Araguari. O projeto conta com Capacidade Instalada de 219 MW e Energia vendida no ACR de 129,7 MW médios, com previsão do início do contrato de comercialização - CCEAR em Janeiro de 2017 pelo prazo de 30 anos.

O investimento total estimado é de R\$ 1,1 bilhão e o início das obras está previsto para 2013.

Aquisição da ECE

Em 15 de junho de 2011, a EDPBR, por meio de sua controlada CEJA, adquiriu a ECE, empresa pertencente aos Grupos CS e Participa, detentora de 90% do Consórcio Amapá Energia, o qual possui os direitos de exploração da UHE JARI, na divisa dos Estados do Pará e Amapá.

A participação remanescente de 10% do Consórcio Amapá Energia é detida pela Jari Energética S.A. ("Jari Energética"), detentora original da concessão que tem direito de venda conjunta da sua participação à Ipueiras Energia S.A., atual denominação da CEJA, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento (*tag along*). O exercício deste direito foi realizado em 30 de junho de 2011.

A UHE JARI possui 300 MW de capacidade instalada e 196,1 MW médios de energia assegurada, correspondendo a um fator de utilização de 65%, já aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica, dos quais 190 MW médios foram vendidos no Leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010 pelo período de 30 anos findo em 31 de dezembro de 2044 (término da concessão). O investimento total previsto pode variar entre R\$1.270 milhões e R\$1.410 milhões, incluindo o investimento na construção da usina para a instalação da capacidade máxima de 373,4 MW, o pagamento do projeto aos vendedores e considerando o exercício de *tag along* pela Jari Energética

Em 13 de outubro de 2011 foi concluída a aquisição dos 90% dos direitos de exploração da UHE JARI.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em 23 de dezembro de 2011, foi concluída a aquisição, através da controlada ECE, dos 10% remanescentes dos direitos de exploração da UHE JARI. Com esta aquisição o Grupo EDP consolida 100% dos direitos de exploração.

Incorporação da CESA pela Energest

Em 31 de julho de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da CESA, deliberou a Incorporação da controlada CESA pela Energest, que foi pautada nas seguintes justificativas:

- a) a Energest e a CESA são controladas direta e indiretamente pela EDPBR;
- b) a Energest, única acionista da CESA, concentra a maioria dos ativos de Geração do Grupo EDPBR; e
- c) a Energest e a CESA desenvolvem a mesma atividade econômica, tendo ambas ativos de geração do Grupo EDPBR, localizados no Estado do Espírito Santo.

Com a incorporação, entendem as partes, que serão obtidos benefícios de ordem administrativa, financeira e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos das empresas envolvidas e uma perspectiva de expansão dos negócios da Energest. O processo de reorganização societária foi condicionado as seguintes anuências:

- (i) aprovação da operação pelo Banco Santander S.A., emitida em 10 de fevereiro de 2011;
- (ii) aprovação da operação pela ANEEL nos termos da Resolução Autorizativa nº 2.861, de 19 de abril de 2011; e
- (iii) aprovação da operação pelo BNDES, emitida em 20 de junho de 2011.

Em função da referida reorganização societária e consumadas as providências legais da incorporação, a CESA foi extinta de pleno direito e a Energest assumiu a responsabilidade ativa e passiva, passando a ser sucessora legal, para todos os efeitos.

Transferência do controle acionário da Evrecy

Em 17 de outubro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Energest, deliberou a redução do capital social da Energest em R\$27,9 milhões e, a título de restituição do valor correspondente à redução do capital social, foi aprovado a atribuição do controle acionário da Evrecy para a EDPBR.

Por meio do Despacho nº 4.899, de 20 de dezembro de 2011, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF aprovou a redução no capital social da Energest.

Em 23 de dezembro de 2011, a SFF (i) atestou que a instrução do pedido de transferência atende aos requisitos jurídicos, financeiros, técnicos e fiscais exigidos pela ANEEL; (ii) registrou que a Concessionária encontra-se adimplente com todas as obrigações intrassetoriais e (iii) recomendou a emissão de resolução autorizativa em favor da EDPBR, bem como a aprovação do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008-ANEEL.

Em 17 de janeiro de 2012, a SFF votou acerca da transferência do controle societário direto da Evrecy nas seguintes condições:

- (i) pela emissão de resolução autorizativa, a fim de autorizar a transferência do controle societário direto da Energest para a EDPBR;
- (ii) por estabelecer que a reestruturação societária ora autorizada seja implementada e formalizada em 90 dias e que os documentos comprobatórios da formalização da operação sejam encaminhados à ANEEL no prazo de 30 dias, a contar de sua efetivação; e
- (iii) pela aprovação da minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008-ANEEL, a qual deverá ser assinada no prazo de até 45 dias, a contar da data em que for comprovada a implementação da transferência em questão.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**Participação acionária da Enertrade no Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia – BBCE**

Em 15 de dezembro de 2011 foi aprovada a aquisição pela Enertrade, de 1 lote de 1000 (um mil) ações no valor de R\$200 que dará direito a uma posição no conselho de administração na empresa BBCE. A BBCE é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com Capital Social de R\$12 milhões (60 lotes de 1.000 ações) e está aberta a participação de todos os agentes do Ambiente de Comercialização Livre - ACL.

Incorporação Enernova S.A (“Enernova”)

Dando continuidade ao processo de racionalização e simplificação global da estrutura societária do Grupo EDPBR iniciado em 2009, a Enernova, por meio de uma redução de capital, transferiu sua participação societária na Sociedade EDP Renováveis para a EDPBR, de forma que esta passou a exercer participação acionária direta no capital da EDPBR. Ainda no âmbito da simplificação da Estrutura societária do Grupo EDPBR, a Enernova foi extinta por incorporação pela Ipueiras Energia S.A., atual denominação da CEJA, que a sucedeu em todos seus direitos e obrigações.

c) eventos ou operações não usuais

À exceção das operações mencionadas na alínea a, do item 10.3, não ocorreram eventos ou operações não usuais nos últimos três anos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:****(a) mudanças significativas nas práticas contábeis****31.12.2010**

Os CPCs 15 ao 43 foram emitidos para serem adotados pela primeira vez ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, porém comparativo ao exercício social de 31 de dezembro de 2009. Portanto, as mudanças de práticas contábeis se deram no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. Sendo assim, não há efeitos de mudança de prática a serem apresentados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

31.12.2011

Em decorrência do compromisso firmado entre CPC e CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, foram emitidos o CPC 44, OCPC 06 e o ICPC 17 e revisados os CPC's 00,15,18, 20, 21, 26, 35, 36, 39 e ICPC 01. A Administração da Companhia não identificou mudanças de práticas a serem apresentados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, em decorrência das novas emissões e revisões dos CPC's.

31.12.2012

Em decorrência do compromisso firmado entre CPC e CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, foi emitido o CPC 46 e foram revistos os CPC's 33(R1), 17(R1), 30(R1), 40 (R1), ICPC 01(R1) e ICPC 08(R1). A Administração da Companhia não identificou mudanças de práticas a serem apresentados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, em decorrência das novas emissões e revisões dos CPC's.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis referentes aos 3 últimos exercícios sociais

Não houve efeitos significativos decorrentes das alterações das práticas contábeis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**31.12.2010**

Os auditores colocaram a seguinte ênfase em seu parecer relativo às Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010:

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da EDPBR essas práticas diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

31.12.2011

Os auditores colocaram a seguinte ênfase em seu parecer relativo às Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011:

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da EDPBR essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos, em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**31.12.2012**

Os auditores colocaram a seguinte ressalva em seu parecer relativo às Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

- Partes beneficiárias na controlada Lajeado Energia S.A.

A controlada Lajeado Energia S.A. emitiu, em 2006, partes beneficiárias para terceiros, cujo saldo, no montante de R\$451 milhões, desde a data de emissão, foi registrada no patrimônio líquido daquela controlada. Nas demonstrações financeiras consolidadas DA EDPBR, referido saldo foi registrado como participação de não controladores, como parte do patrimônio líquido consolidado. Considerando-se que as características dessas partes beneficiárias são as de um instrumento híbrido, referido saldo não deveria, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, ser integralmente registrado em conta do patrimônio líquido, devendo parte substancial ser registrada como passivo, representado, no mínimo, pelo montante de caixa que a EDPBR deve pagar para o detentor das partes beneficiárias durante o prazo de sua vigência. Por ter entendimento diverso, a EDPBR não determinou o montante mínimo que deveria ser registrado como parte do passivo, resultado, portanto em um patrimônio líquido consolidado aumentado e saldo do passivo diminuído, em 31 de dezembro de 2012, por montante ainda não determinado, e o resultado do exercício não contempla qualquer efeito decorrente desse ajuste.

Os auditores colocaram a seguinte ênfase em seu parecer relativo às Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimentos de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Provisões

- Contingências

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

- Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas, com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

- Contraprestação contingente

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva e variações no valor justo.

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terciarizados e outros custos diretamente alocados.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de hedge, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de swap e hedge, que estão reconhecidos no resultado.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes, registrados no resultado, são calculados, nas controladas indiretas Costa Rica, Pantanal, Santa Fé com base nos resultados tributáveis presumidos, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente e, na controladora e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 mil anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e Deliberação CVM 599, de 15 de setembro de 2009, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A EDPBR para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Ativo financeiro indenizável

As controladas Bandeirante e Escelsa reconhecem um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

Vida útil de Ativos Não Circulante

- **Imobilizado**

São registrados em Imobilizado todos os ativos tangíveis das geradoras e apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão das distribuidoras. São contabilizados pelo: i) custos de aquisição, acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra; ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração; iii) os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso; iv) nas geradoras térmicas e eólicas, pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado; e v) deduzidos da depreciação acumulada e perdas na redução ao valor recuperável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, geração térmica e eólica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

- **Intangível**

Os intangíveis compreendem:

- *Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. O aproveitamento do ágio é registrado pelo prazo remanescente da concessão.*

- *Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.*

- *Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.*

- *Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).*

- *Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.*

- *Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da Enerpeixe e Investco, em contrapartida a pagamentos mensais ao Governo Federal, conforme contrato assinado entre as partes. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final dos contratos de concessão e amortizado de acordo com os prazos desses contratos.*

- *Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas Bandeirante, Escelsa e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros pelo prazo de concessão das companhias.*

- *Ágio gerado por conta de uma combinação de negócios: é registrado por conta da diferença entre o valor pago pelo negócio adquirido e o valor de mercado deste negócio.*

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. Intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são avaliados anualmente para fins de imparidade.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672/11, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

Benefícios pós-emprego

A EDPBR possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria. Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM no. 600 de 7 de outubro de 2009. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última avaliação efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica de Ajustes de avaliação patrimonial.

Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Redução ao valor recuperável

- **Ativo Financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento do inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

- **Ativo não financeiro**

A Administração da EDPBR revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos mensalmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente, e para avaliação de imparidade que é em base anual.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; Planos de benefícios pós-emprego; Análise de redução ao valor recuperável dos ativos; Provisões para desmantelamento; Provisão para contraprestação contingente; e Avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis.

Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixa e equivalentes de caixa, Cauções e depósitos vinculados, Contas a receber e outros recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, Empréstimos, financiamentos, Debêntures e Fornecedores, assim como Contas a pagar e Outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia e/ou suas controladas em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos financeiros são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para resultado.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são contratos que possuem as seguintes características:

- a) seu valor se altera em função das variações de mercado que influenciam taxas de juros, cotações de câmbios, preços de commodities, etc;
- b) não necessita de investimento inicial líquido ou o investimento inicial é bem inferior ao que seria exigido para contratos similares no mercado; e
- c) sempre será liquidado em data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (trade date) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

• Contabilidade de cobertura (*hedge accounting*)

A EDPBR e suas controladas, passaram a qualificar, desde de 2008, determinados instrumentos financeiros para a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*). Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

- i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;
- iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de hedge accounting; e;
- v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

A EDPBR e suas controladas se utilizam de instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

• Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido – na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

• Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia e suas controladas executam testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e retroativamente de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

• Desreconhecimento

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, e alterações posteriores, abrangendo a EDPBR e suas controladas e controladas em conjunto.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas e controladas em conjunto;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas e controladas em conjunto, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados;
- A EDPBR apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da EDPBR nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da EDPBR linha a linha;
- Quando uma controlada da EDPBR realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da EDPBR apenas na medida das participações da EDPBR na controlada em conjunto;
- As combinações de negócios foram consideradas desde setembro de 2008, determinando o custo de aquisição, reconhecendo e mensurando todos os ativos e passivos assumidos, bem como participações de não controladores, reconhecendo e mensurando o ágio por rentabilidade futura, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um proveito é reconhecido nos resultados do exercício;
 - A controlada em conjunto Porto do Pecém é consolidada pelo método proporcional desde 14 de outubro de 2008;
 - A controlada em conjunto Porto do Pecém Transportadora de Minérios é consolidada pelo método proporcional desde 29 de abril de 2011; e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- A controlada em conjunto Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica é consolidada pelo método proporcional desde 1º de junho de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. Comentários sobre os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

Nossos Diretores acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos que adotamos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações contábeis da EDPBR. Por essa razão, na opinião da administração da EDPBR, as suas demonstrações contábeis apresentam adequadamente o resultado das operações da EDPBR e situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

No contexto da auditoria das nossas demonstrações financeiras, nossos auditores independentes consideraram nossos sistemas de controles internos no escopo previsto nas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo objetivo está relacionado ao planejamento dos procedimentos de auditoria. Vale lembrar que no escopo de auditoria das demonstrações contábeis não está prevista a auditoria específica e emissão de relatório sobre a efetividade dos controles internos.

Temos por prática atender e alterar prontamente eventuais falhas identificadas pelos auditores durante o processo normal de trabalhos, sejam elas falhas de processos ou de sistemas.

Assim, nossos Diretores não têm conhecimento de aspectos que pudessem afetar de maneira significativa à adequação das nossas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e ao IFRS.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

Em 18 de julho de 2011, a EDPPT, acionista controladora da EDPBR, concluiu o processo de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da sua controlada EDPBR e de sua titularidade, que resultou na venda de 21.911.460 ações, reduzindo sua participação atual de 64,8% para 51% do capital da EDPBR, aumentando, assim, a liquidez dos papéis da EDPBR.

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve oferta nos últimos três anos que a EDPBR tenha disponibilizado valores mobiliários ao mercado.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; e c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Nossos Diretores entendem que não houve qualquer desvio entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando: a) os ativos e passivos devidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial; b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da EDPBR.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8.

Não aplicável conforme item anterior.